



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

ADRIANA PAULA FERREIRA DA SILVA

**A HERMENÊUTICA DO DISCURSO POLÍTICO:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Brasília - DF
Out/2006

ADRIANA PAULA FERREIRA DA SILVA

**A HERMENÊUTICA DO DISCURSO POLÍTICO:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília (UNICEUB/ICPD), como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientadora: Prof^a Doutora Josênia Antunes Vieira.

**Brasília - DF
Out/ 2006**

*Às minhas preciosas sobrinhas
Mariana, Manuela,
Nicole, Gabriela,
Carolina e Alice.*

“O signo, a língua, a narrativa, a sociedade funcionam por contrato, mas como esse contrato está, na maioria das vezes mascarado, a operação crítica consiste em decifrar o embaraço das razões, dos álibis, das aparências, por uma só palavra, de todo o “natural” social, para tornar manifesta a troca regulamentada sobre a qual repousam a marcha semântica e a vida coletiva.”
(Roland Barthes, 2003, p.72)

AGRADECIMENTOS

A Deus, referencial importante em minha vida. Meu consolador e orientador espiritual.

À minha mãe, que me proporcionou esse momento, quando, mesmo em meio às dificuldades, priorizou meu acesso à educação.

Aos colegas de curso e, ao mesmo tempo, de trabalho, com quem troquei material, idéias, dúvidas, alegrias e aflições. Em especial, à colega Rosane Galvão. Sem seu apoio, eu não conseguiria trilhar esse caminho.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa do Centro Universitário de Brasília — UniCEUB, pelas contribuições teóricas em aulas, pela disposição para ouvir e ajudar.

Enfim, e especialmente, agradeço à Prof. Josênia Antunes Vieira, pela orientação. Pela sempre generosa atenção em todos os contatos. Agradeço a paciência, a competência, o afeto, a amabilidade com que me tratou.

RESUMO

O DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, UMA DAS CASAS INTEGRANTES DO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO, É RESPONSÁVEL PELO REGISTRO DOS DISCURSOS POLÍTICOS PROFERIDOS EM PLENÁRIO, ONDE SE INSTALAM DIVERSOS TIPOS DE DISCURSOS IDEOLOGICAMENTE INVESTIDOS EM DIFERENTES GRAUS NESSE CONTEXTO, INSERE-SE A PESQUISA AQUI PROPOSTA, QUE TEM COMO ESCOPO GERAL JUNTAR A TEORIA À PRÁTICA, OU SEJA, APLICAR O MÉTODO DA HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE APRESENTADO POR THOMPSON AO TEXTO POLÍTICO. OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS SÃO: VERIFICAR OS MATIZES IDEOLÓGICOS SUBJACENTES NO DISCURSO PROLATADO PELO, ENTÃO, DEPUTADO SEVERINO CAVALCANTI, QUANDO DA SUA RENÚNCIA, E IDENTIFICAR TRÊS MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA PRESENTES NO DISCURSO EM QUESTÃO: LEGITIMAÇÃO, UNIFICAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO. OS PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS UTILIZADOS FORAM, PARA A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, FAIRCLOUGH (1989, 2001); PARA GÊNEROS DISCURSIVOS, BAKHTIN (2003), SWALES (1990) E BAZERMAN (2005); PARA A IDEOLOGIA, FAIRCLOUGH (2001), ALTHUSSER (2001) E THOMPSON (1995). ALGUNS CONCEITOS SOBRE CULTURA, MÍDIA E PODER TAMBÉM FORAM ABORDADOS, TENDO COMO BASE THOMPSON (1995). NA ANÁLISE DISCURSIVA, TRABALHEI, PARA VERIFICAR A IDEOLOGIA, COM TRÊS MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA PROPOSTOS POR THOMPSON: LEGITIMAÇÃO, UNIFICAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO, E COM A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE, SEGUNDO THOMPSON (1995). O *CORPUS* É CONSTITUÍDO POR UM DISCURSO PARLAMENTAR PROFERIDO EM PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. A PESQUISA SEGUE A METODOLOGIA QUALITATIVA, PORTANTO, DE CUNHO INTERPRETATIVO, CONSIDERANDO-SE O CONTEÚDO, A ORGANIZAÇÃO E A FUNÇÃO SOCIAL DO TEXTO. O TRABALHO DESENVOLVE-SE, BASICAMENTE, SEGUINDO OS PASSOS: LEITURA DOS TEXTOS TEÓRICOS, REFLEXÃO SOBRE ELE E ESCRITURA DO CAPÍTULO DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA; BUSCA, COLETA E ANÁLISE DO TEXTO-*CORPUS*, DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E FINALIZAÇÃO DA MONOGRAFIA.

PALAVRAS-CHAVE: 1. DISCURSO POLÍTICO; 2. ANÁLISE DO DISCURSO; 3. IDEOLOGIA; 4. HERMENÊUTICA.

ABSTRACT

THE STENOGRAPHY DEPARTMENT OF THE CHAMBER OF DEPUTIES, ONE OF THE HOUSES OF THE BRAZILIAN LEGISLATIVE POWER, IS RESPONSIBLE FOR REGISTERING THE POLITICAL DISCOURSES PRONOUNCED AT THE PLENARY ASSEMBLY, WHERE TAKE PLACE VARIOUS TYPES OF DISCOURSES VESTED IDEOLOGICALLY IN DIFFERENT DEGREES. THIS CONTEXT INTRODUCES THIS RESEARCH, WHICH MAIN OBJECTIVE IS TO JOIN THE THEORY TO THE PRACTICE, THAT IS, TO APPLY THE HERMENEUTIC THEORY OF INTERPRETATION PROPOSED BY THOMPSON TO POLITICAL TEXTS. THE SPECIFIC OBJECTIVES ARE: TO VERIFY IMPLICIT IDEOLOGICAL NUANCES IN THE RESIGNATION SPEECH MADE BY DEPUTY SEVERINO CAVALCANTI; AND TO IDENTIFY THREE CATEGORIES OF IDEOLOGY OPERATION: LEGITIMATION, UNIFICATION, FRAGMENTATION. THE THEORETICIANS ADOPTED WERE, FOR CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS, FAIRCLOUGH (1989, 2001); FOR DISCOURSIIVE GENRES, BAKHTIN (2003), SWALES (1990) E BAZERMAN (2005); FOR IDEOLOGY, FAIRCLOUGH (2001), ALTHUSSER (2001) E THOMPSON (1995). SOME CONCEPTS ABOUT CULTURE, MEDIA AND POWER WERE ALSO APPROACHED, BASED ON THE THEORY OF THOMPSON (1995). IN THE ANALYSIS, I WORKED TO VERIFY THE IDEOLOGY WITH THREE CATEGORIES OF IDEOLOGY OPERATION PROPOSED BY THOMPSON. THE TEXT THAT FORMS THE *CORPUS* PRESENTED IS A POLITICAL DISCOURSE PRONOUNCED AT THE PLENARY ASSEMBLY OF THE CHAMBER OF DEPUTIES. THE RESEARCH FOLLOWS THE QUALITATIVE METHODOLOY, THEREFORE, AN INTERPRETATIVE CHARACTER, TAKING INTO ACCOUNT THE CONTENT, THE ORGANIZATION AND THE SOCIAL FUNCTION OF THE TEXT. THE STUDY IS DEVELOPED, BASICALLY, ACCORDING TO THE FOLLOWING SCHEDULE: READING OF THE THEORETICAL TEXTS, REFLECTION ABOUT THEM, WRITING OF THEORETICAL FUNDAMENTATION CHAPTER, RESEARCHING, COLLECTING AND ANALYSIS OF THE *CORPUS* TEXT, BASED ON THE THEORETICAL FUNDAMENTATION; AND CONCLUSION OF THE RESEARCH.

KEY WORDS: 1. POLITICAL DISCOURSE; 2. DISCOURSE ANALYSIS; 3. IDEOLOGY; 4. HERMENEUTIC.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1 PRESUSPOSTOS TEÓRICOS..... | 13 |
| 1.1 Discurso político..... | 13 |
| 1.1.1 A análise de discurso crítica..... | 19 |
| 1.1.2 Discurso e prática discursiva..... | 20 |
| 1.2 Ideologia no discurso político..... | 22 |
| 1.2.1 O nascimento da ideologia..... | 23 |
| 1.2.2 Conceito de ideologia no marxismo..... | 25 |
| 1.2.3 Ideologia e cultura..... | 27 |
| 1.2.4 A mediação da cultura..... | 33 |
| 1.2.5 Os aparelhos ideológicos do estado..... | 37 |
| 1.2.6 Mídia, ideologia e poder..... | 41 |
| 1.2.7 A hermenêutica de profundidade..... | 43 |
| 2 O CORPUS..... | 45 |
| 3 ANÁLISE EMPREENDIDA | 46 |
| 3.1 Da análise sociohistórica (contextualização)..... | 46 |
| 3.2 Da análise discursiva..... | 55 |
| 3.1 Da interpretação da ideologia | 64 |
| CONCLUSÃO..... | 68 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 70 |
| ANEXO..... | 72 |

INTRODUÇÃO

A análise da ideologia, de acordo com Thompson, em *Ideologia e Cultura Moderna* (1995), está interessada com as maneiras com que as formas simbólicas se entrelaçam com as relações de poder e como o sentido é mobilizado, no mundo social, servindo para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder, ou seja, “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de poder” (THOMPSON, 1995, p. 76).

Buscando clarificar como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de poder, o autor cita cinco modos gerais de operação da ideologia: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Para a análise do discurso político proposta neste estudo, foram escolhidos três modos: legitimação, unificação e fragmentação.

Thompson apresenta a hermenêutica de profundidade como um marco referencial metodológico geral para a análise das formas simbólicas. Pelo método proposto pelo aclamado lingüista, é possível “investigar alguns dos elos entre debates teóricos sobre cultura, ideologia e comunicação de massa, de um lado, e a análise prática das formas simbólicas, do outro” (THOMPSON, 1995, p. 355). E jungir a teoria à prática é exatamente o escopo deste trabalho, embora adstrito ao tópico que elegi para esmiuçar: a análise da ideologia, que levou à escolha do tema deste estudo: “A hermenêutica do discurso político: uma análise discursiva”

A chamada interpretação da ideologia, apesar de empregar o referencial metodológico como paradigma para o descortínio das conexões entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de poder, é uma versão do

procedimento da hermenêutica de profundidade. Mediada pelas análises sócio-histórica e formal ou discursiva — e, grife-se, até estas fases está-se tratando de “análise” —, a interpretação da ideologia assume um caráter distintivo, sintético e crítico, na última fase do método. Da análise, passa-se à síntese. No procedimento interpretação/reinterpretação, todos os elementos colhidos nas análises levadas a cabo em ambas as fases anteriores são sintetizadas e servem de esteio ao processo de elaboração argumentativa, em que se procede à construção ativa do sentido, em que se busca explicitar os modos como se dá a inter-relação entre o sentido das formas simbólicas e as relações de dominação. Justamente por isso a interpretação da ideologia é explicitada por Thompson como um processo de síntese criativa.

Inobstante estar ciente da difícil tarefa que representa interpretar a ideologia — cujos riscos, aliás, estão brilhantemente elencados na obra de Thompson, *Ideologia e Cultura Moderna*, que ora me subsidia — sobrepuja ao receio e justifica-se a minha ânsia, como Analista Legislativo que sou, na função de Taquígrafa da Câmara dos Deputados, de aplicar o referencial metodológico ao objeto de meu labor diário: a lida com os discursos políticos. E o faço não somente porque se trata de matéria com que me debruço diuturnamente — e cuja aplicação será a mim e aos meus colegas de trabalho e de curso de relevante préstimo — mas principalmente porque pretendo testificar a eficácia e a validade do método quando aplicado àquele gênero textual, já que considero bastante diminuta a aplicação exemplificativa de Thompson, quando da análise e crítica a Harvey Sacks (THOMPSON, 1995, p. 380 a 391).

Ouso, portanto, proceder à aplicação da interpretação da ideologia por meio das análises sócio-histórica e formal do discurso de renúncia ao mandato parlamentar do ex-Deputado e Presidente da Câmara dos Deputados Severino

Cavalcanti, proferido em tribuna do Plenário daquela Casa de Leis, no dia 21 de setembro de 2005. Ao final, no processo de síntese criativa proposto por Thompson, agrego os elementos coletados e proponho uma argumentação pertinente ao sentido do discurso em tela e às relações de poder atinentes ao caso.

É importante ressaltar que a doxa, maneira como os sentidos são interpretados quotidianamente, é considerada, em todas as fases deste estudo, elemento priorístico e constante na análise do texto. E, como se trata de texto de época relativamente recente, o exercício da interpretação da doxa torna-se evidentemente mais brando.

A metodologia deste trabalho é qualitativa, portanto, de cunho interpretativo, considerando-se o conteúdo, a organização e a função social do texto. Os dados – recursos lingüísticos que permitam a identificação das estratégias de construção simbólica e dos modos de operação da ideologia – serão coletados por documentação indireta no texto do discurso parlamentar do Deputado Severino Cavalcanti, escolhido como *corpus* desta investigação. O arcabouço teórico-metodológico se fará, então, com leitura de textos de estudiosos do discurso, pela coleta, leitura e reflexão de outros textos que contemplem o tema escolhido.

Para a realização da análise do objeto deste estudo, a íntegra do discurso de renúncia ao mandato de Deputado do Parlamentar Severino Cavalcanti, será utilizada a Análise de Discurso Crítica proposta por Fairclough (2001), e a Análise Ideológica do Discurso (Thompson, 1995). Como supedâneo a este trabalho, não me furto à utilização do método de análise empregado pelo Mestre em Lingüística e Consultor Legislativo do Senado Federal João Bosco Bezerra Bonfim, que fez acurada radiografia dos discursos de posse de todos os Presidentes do Brasil, de

Deodoro a Lula, em sua obra *Palavra de Presidente* (2004). Ressalte-se que Thompson considera relevante e necessária a interação de métodos diversos na aplicação de sua hermenêutica de profundidade, o que levamos em consideração.

Este trabalho será composto de três capítulos. No primeiro capítulo, relacionarei os pressupostos teóricos da análise. Trabalharei a Análise Crítica de Discurso, segundo Fairclough (2001); gêneros discursivos, segundo Bakhtin (2003), Swales (1990) e Bazerman (2005). Apresentarei um percurso do conceito de ideologia, segundo Althusser (1985), Thompson (1995); Chauí (1994). E ainda traçarei algumas considerações sobre cultura, mídia e poder, segundo Thompson (1995). O capítulo dois identifica o *corpus*, objeto de análise do trabalho. No capítulo quatro, trabalharei na análise do discurso com base na fundamentação teórica aqui descrita.

O presente trabalho tem como objetivo geral aplicar a teoria da Hermenêutica de Profundidade apresentada por Thompson ao texto político. Como objetivos específicos a pesquisa pretende verificar os matizes ideológicos subjacentes no discurso em questão e identificar três modos de operação da ideologia presentes no discurso selecionado: legitimação, unificação e fragmentação.

O objeto de minha análise, a íntegra do texto do discurso de renúncia ao mandato de Deputado e, conseqüentemente, de Presidente da Câmara dos Deputados, proferido por Severino Cavalcanti, encontra-se anexado ao final do trabalho, porque relativamente extenso. Dele extraí excertos, justamente os que melhor se prestam ao descortínio da interpretação almejada.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 Discurso político

Como o objeto de análise deste trabalho é especificamente um discurso político e como é este o gênero textual com que lido todos os dias na Câmara dos Deputados, julguei necessário recorrer aos ensinamentos de alguns ilustres lingüistas que tratam de gênero discursivo para, posteriormente, situar o discurso político.

Há muito os estudos lingüísticos não se suprem da tradicional tipificação dos gêneros textuais, em que se tem a taxonomia como característica prevalente, postura que desconsidera tanto a interação social quanto a inserção histórico-cultural atinentes aos procedimentos de construção genérica.

De uma nova perspectiva, o perfil sociodiscursivo das realizações textuais ganha destaque na investigação dos gêneros discursivos, afinal, consolidaram-se entre os estudiosos do tema as fundamentais noções de que um gênero: a) revela-se sempre em mutação; b) firma-se em contexto histórico; c) conforma-se à participação intersubjetiva imanente ao processo comunicativa.

Mikhail Bakhtin (2003, p. 262), ao correlacionar o uso da língua aos vários campos da atividade humana, passa pelo conceito de enunciado como um compósito tripartido. Assim, propõe que conteúdo temático, estilo e construção

composicional foram enunciados cujos “tipos relativamente estáveis” são elaborados ao tempo do uso da linguagem, constituindo os gêneros do discurso.

Do mesmo autor, extrai-se a concepção de que a variedade desses mesmos gêneros acompanha a própria variedade da atividade humana, uma vez que “em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo”.

Ao aparente caos que se poderia instalar ante a heterogeneidade genérica e a conseqüente dificuldade de catalogação, Bakhtin (2003, p. 263) responde com a proposta de diferenciar os gêneros de discurso primários dos secundários. Estes, de natureza principalmente escrita, são colhidos em situações comunicativas mais complexas, mais elaboradas (por exemplo, o discurso científico); aqueles se revelam essencialmente afetos à espontaneidade da interação verbal (por exemplo, o diálogo cotidiano.)

Sem deixar de referir a importante inter-relação entre as duas modalidades de gênero, como também ao processo histórico-formativo de um com base no outro, o autor assevera (2003, p. 301):

Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na *prática*, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência *teórica*. (...) Na conversa mais desenvolvida, moldamos nossa fala às formas precisas de gêneros, às vezes padronizadas e estereotipadas, às vezes mais maleáveis, mais plásticas e mais criativas. (...) Esses gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhes estudemos a gramática.

E, mais adiante (2003, p. 302), evidentemente valendo também para os gêneros escritos:

Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.

Se nos voltarmos para John M. Swales (1990) e seus estudos de gêneros, veremos que ele conjuga as análises formal e discursiva de textos nos contextos acadêmicos e profissionais, considerando, é claro, as práticas sociais sobre que subjazem as escolhas lingüísticas.

Conjugando quatro perspectivas teóricas distintas — os estudos de folclore, os estudos literários, a lingüística e a retórica —, Swales antevê a reunião de elementos fundamentais para a definição de gênero: idéia de classe de eventos comunicativos, propósito comunicativo, traços especificados, razão ou lógica subjacente e terminologia, o que vai desembocar em sua definição de gênero (SWALES, 1990, p. 58):

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente oferece o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o objeto do gênero se mantenha enfocado estreitamente em determinação ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como um protótipo. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esse nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, porém normalmente precisam de validação adicional.

Bazerman (2005, p. 19), por sua vez, inicia falando em texto como o responsável pela realização de um trabalho no grupo social. Em outras palavras, a

produção, circulação e utilização dos textos compõe a organização em sociedades. De novo, reconhece-se a mediação da linguagem em tal organização, de modo que os textos são vistos como uma parte das atividades sociais estruturadas — e não somente parte, mas parte de grande relevância.

A proposta de instrumentos conceituais e analíticos, quanto ao papel do texto na sociedade, leva Bazerman a reiterar que as palavras faladas ou escritas pelos indivíduos são afetadas pelos fatos sociais, que também influem na forma dos enunciados. Assim, a bem do êxito do processo comunicativo, buscar ações padronizadas em busca da coordenação de intenções e da sua codificação minoram as possibilidades de equivocada compreensão. E o incremento do êxito na interação entre os indivíduos por intermédio de padrões comunicativos redundam, inevitavelmente, no conceito de gêneros como “formas de comunicação reconhecíveis e auto-reforçadoras” (BAZERMAN, 2005, p. 29), cuja tipificação não apenas permite, mas também direciona a natureza e a forma dos (bem como as reações aos) textos.

A relativa estabilidade genérica a que se referia Bakhtin (2003, p. 262) ressurge se consideramos que a identificação de um gênero obedece ao que Bazerman reconhece como características sinalizadoras especiais e características textuais, quando toma como exemplo correspondências escritas que recebem carimbos de taxas de postagem particulares referentes à propaganda, prontamente reconhecidos pelo destinatário.

Desse modo, segundo Bazerman (2005, p. 31), gêneros são:

Fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam. Gêneros emergem nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras

suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos.

Em suma, Bazerman propõe um interessante enquadramento genérico das atividades sociais ao fazer uso de conceitos que, mesmo sobrepostos, revelam aspectos configurados diferenciados.

Tem-se o conjunto de gêneros, que vem a ser a série de textos demandados por um papel social, o que leva à identificação da natureza do trabalho desempenhado por um indivíduo, bem como das habilidades requeridas para construção dos próprios gêneros. O sistema de gêneros, por sua vez, reúne conjuntos de gêneros empregados por indivíduos de uma mesma organização e também os processos padronizados de construção. O sistema de atividades diz respeito à ação dos indivíduos, organizada de modo estruturado e mediada pelos gêneros (em maior ou menor grau, sejam eles orais ou escritos).

No dizer de Bakhtin (1986. p. 112), “qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social mais imediata”. E, mais adiante (p. 113):

Deixando de lado o fato de que a palavra, como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais.

A ampliação conceitual-teórica do que se entende como gêneros mudou o foco da estrutura textual como um fim em si mesmo para consolidar o enquadramento como ação social, historicamente situada e necessariamente intersubjetiva. A par das regularidades formais e de conteúdo que justificam a tipificação genérica, têm-se como igualmente relevantes suas condições de

produção e recepção e os papéis sociais dos indivíduos participantes da interação dialógica, o que impulsiona a adoção da nomenclatura, também ampliada, de gêneros discursivos.

Considerando Bakhtin (2003, p. 263) e sua diferenciação entre gêneros do discurso primários e secundários, pode-se inserir o discurso político nos secundários, pois que constitui um tipo textual que se caracteriza por uma maior complexidade em relação à espontaneidade intrínseca aos gêneros primários, ainda que, por evidente, aqueles que tenham origem nestes últimos.

O discurso político propicia a confluência das modalidades oral e escrita da língua, inscrevendo na categoria dos gêneros discursivos uma tipificação bastante específica e que nem por isso deixa de se coadunar com o que Bakhtin chama de estilos lingüísticos ou funcionais, que vêm a ser “estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação” (BAKHTIN, 2003, p. 266).

De Swales (1990), que define gênero mediante a reunião do que ele denomina elementos fundamentais, pode-se aplicar, quanto aos discursos políticos, a idéia de classe de eventos comunicativos (prática discursiva que permeia a atividade parlamentar), propósito comunicativo (desempenho do papel de parlamentar no âmbito da Câmara dos Deputados e sua repercussão fora dela), traços especificados (rituais de proferimento), razão ou lógica subjacente (parte importante do processo legislativo) e terminologia (conformação lingüístico-discursiva específica).

É com base em Bazerman (2005) que parece mais interessante situar o discurso político entre os diversos gêneros discursivos típicos da Câmara dos

Deputados, de modo a encaixá-lo no amplo espectro do sistema de atividades descrito pelo autor e que engloba o(s) sistema(s) de gêneros, que, por sua vez, abriga(m) o(s) conjunto(s) de gêneros.

1.1.1 A análise de discurso crítica

A Análise de Discurso Crítica analisa o papel da linguagem na reprodução de práticas sociais e ideologias e seu papel fundamental nas mudanças sociais. A ADC considera o sujeito um ator ideológico, pois ele constrói e é construído pelos processos discursivos e o contexto social fundamental para o processo de socialização dos sujeitos por meio da linguagem.

De acordo com Fairclough, em *Discurso e Mudança Social* (2001, p. 90): “O discurso considera o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” Dessa forma, o discurso é uma forma de ação, uma forma como as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros; mantém uma relação dual com a estrutura social, pois se, por um lado, ele é moldado e restringido por ela, por outro lado, ele é socialmente constitutivo; contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social, que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem; é uma prática não apenas de representação do mundo, mas também de significação do mundo, construindo e constituindo significados.

Segundo Fairclough (2001), são três os efeitos construtivos do discurso: contribui para a construção das identidades sociais e das posições de sujeito para

os sujeitos sociais e os tipos de eu; para construir as relações sociais entre as pessoas, ou seja, a interação social; e para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças. Esses efeitos correspondem a três funções de linguagem: função identitária: está relacionada aos modos pelos quais as identidades são socialmente constituídas, correspondendo também às representações e negociações entre os participantes dos eventos em suas relações sociais; função ideacional: relacionada aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações; função textual: corresponde às partes de um texto e como estas informações de primeiro plano e secundárias se ligam a partes precedentes e seguintes, no contexto social.

1.1.2 Discurso e prática discursiva

Segundo Fairclough (2001, p.91):

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado

Continua ainda:

O discurso contribui para a construção da Identidade Social, para construir as relações entre pessoas e também para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem: identitária, relacional e ideacional.

Na mesma obra (2001, p. 92), Fairclough diz que:

A prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa. Ela contribui para reproduzir a sociedade, mas também para transformá-la. Ainda afirma que a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas.

A prática social tem várias orientações — econômica, política, cultural, ideológica —, e o discurso pode ser implicado em todas elas. Podemos citar diversas formas de práticas discursiva, como, por exemplo, a prática econômica, como a bolsa de valores, o jornalismo, a produção de novelas etc. Mas essa não é bem a minha preocupação. Em meu estudo, procurarei abordar o discurso como modo de prática política e ideológica.

Também, segundo Fairclough (2001, p.94), “O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas, entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.”

Desse modo, pode-se dizer que a prática política e a prática ideológica não são independentes uma da outra. A ideologia são significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. A prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder.

Ainda recorro aos ensinamentos de Fairclough (2001, p.99), para falar do que torna a prática discursiva especificamente discursiva.

Segundo o autor:

A prática discursiva manifesta-se em forma lingüística, linguagem falada e escrita. A prática social é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto. Mas isso não é suficiente. Essas duas dimensões são mediadas por uma terceira que examina o discurso especificamente como prática discursiva. E aqui prática discursiva não se opõe à prática social. A primeira é uma forma particular da última. Em alguns casos, a prática social pode ser inteiramente constituída pela prática discursiva, enquanto em outros pode envolver uma mescla de prática discursiva e não-discursiva. A análise de um discurso particular, como exemplo de prática discursiva, focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual. Esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares, nos quais o discurso é gerado.

1.2 Ideologia no discurso político

A ideologia domina a sociedade em que os sujeitos estão inseridos. Fairclough questiona se todo discurso é ideológico (2001, p. 121). A resposta que propõe — de que os diversos tipos de discurso são ideologicamente investidos em diferentes graus — converge para a concepção crítica de ideologia sugerida por Thompson (1995), em que o sentido se presta ao estabelecimento e à sustentação de relações de dominação, assimétricas por natureza e cujo decifrar nos remete aos modos de operação da ideologia que serão sintetizados posteriormente nesta pesquisa.

Neste trabalho, considerando que o discurso político apresenta-se como um gênero discursivo em que se objetiva persuadir/convencer o ouvinte à custa da argumentação, faz-se patente o caráter ideológico a ele inerente, pois, se a linguagem é uma prática social, como defende a ADC, e, portanto, parte dos processos discursivos, por sua natureza, o tipo de texto sob análise revela-se eivado de disputas de poder pelo angariar da adesão dos ouvintes. Conforme Fairclough (1989, pg. 23), “política consiste parcialmente em disputas e lutas que ocorrem na

linguagem e sobre linguagem”. Com isso em mente, para a análise da ideologia, vou-me basear principalmente em Thompson (1995), sem, no entanto, deixar de apresentar discussões sobre a ideologia, tendo em vista o exposto por alguns teóricos. Busquei visões diversas em alguns momentos; complementares em outros; por vezes, opostas, que pudessem trazer diferentes enfoques teóricos.

1.2.1 O nascimento da ideologia

O termo ideologia aparece pela primeira vez, em 1801, no livro de Destutt de Tracy, *Eléments d'Ideologie* (Elementos de Ideologia). Juntamente com o médico Cabanis, com De Gérando e Volney, Destutt de Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas idéias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção), e recordar (memória).

Os ideólogos franceses eram antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos. Pertenciam ao partido liberal e esperavam que o progresso das ciências experimentais, baseados exclusivamente na observação, na análise e síntese dos dados observados, pudesse levar a uma nova pedagogia e a uma nova moral. Contra a educação religiosa e metafísica, que permite assegurar o poder político de um monarca, De Tracy propõe o ensino das ciências físicas e químicas para “formar um bom espírito”, isto é, um espírito capaz de observar, decompor os

fatos, sem se perder em vazias especulações. Cabanis pretende construir ciências morais dotadas de tanta certeza quanto as naturais, capazes de trazer a felicidade coletiva e de acabar com os dogmas, desde que a moralidade não seja separada de fisiologia do corpo humano.

O ideólogo francês partilha do otimismo naturalista e materialista do século XVIII, acreditando que a natureza tem, em si, as condições necessárias e suficientes para o progresso e que só graças a ela nossas inclinações e nossa inteligência adquirem uma condição e um sentido.

O termo ideologia voltou a ser empregado em um sentido próximo ao do original por Augusto Comte em seu *Cours de Philosophie Positive*. O termo, agora, possui dois significados: por um lado, a ideologia continua sendo aquela atividade filosófico-científica que estuda a formação das idéias desde a observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações; por outro, ideologia passa a significar também o conjunto de idéias de uma época, tanto como “opinião geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época.

O lema positivista por excelência é: “saber para prever, prever para prover”. Em outras palavras, o conhecimento teórico tem como finalidade a previsão científica dos acontecimentos para fornecer à prática um conjunto de regras e de normas, graças às quais a ação possa dominar, manipular e controlar a realidade natural e social.

1.2.2 Conceito de ideologia no marxismo

Marilena Chauí (1994), explica como Marx e Engels formularam o conceito de ideologia: os homens, escrevem Engels e Marx, distinguem-se dos animais não porque tenham consciência (como dizem os ideólogos burgueses), mas porque produzem as condições de sua própria existência material e espiritual. São o que produzem e são como produzem.

Na ideologia alemã, Marx expõe de modo muito breve a passagem dessas formas de propriedade ou da divisão social do trabalho, cujas transformações constituem o solo real da história real.

Em suma, Engels e Marx consideram que os três aspectos que são condições para que haja história — força de produção, relações sociais e consciência — podem entrar e efetivamente em contradição como resultado da divisão social do trabalho material e intelectual porque, agora, o trabalho e a fruição, a produção e o consumo aparecem como realmente são, isto é, cabendo a indivíduos diferentes. Instalou-se para a própria consciência imediata dos homens a percepção da desigualdade social: uns pensam, outros trabalham; uns consomem, outros produzem e não podem consumir os produtos de seu trabalho (CHAUÍ, 1994).

A ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais, tornam-se idéias dominantes.

De acordo com os estudos sobre ideologia desenvolvidos na Alemanha, as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força

espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual .

A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias) (CHAUÍ, 1994).

1.2.3 Ideologia e cultura

Em um primeiro momento, abordemos o conceito de cultura. Este tem uma história própria, longa e complicada, uma história que provavelmente tem produzido tantas variantes e tanta ambigüidade, como a história do conceito de ideologia. De acordo com uma visão antropológica, o termo cultura pode ser adequadamente usado para se referir, de uma maneira geral, ao caráter simbólico da vida social, aos padrões de significado incorporados às formas simbólicas compartilhadas na interação social. Mas, essa ênfase no caráter simbólico da vida social, deve ser complementada por uma ênfase no fato, nem sempre evidente, de acordo com o antropólogo Geertz (1973, apud THOMPSON, 1995), de que as formas simbólicas estão inseridas em contextos sociais estruturados que envolvem relações de poder, formas de conflito, desigualdades em termos de distribuição de recursos e assim por diante. Assim, essa dupla ênfase define a concepção estrutural

da cultura. Os fenômenos culturais nessa visão podem ser vistos como formas simbólicas em contextos estruturados e a análise cultural pode ser visto como um estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas.

De acordo com Thompson (1995, p. 22-23):

Tornar as formas simbólicas como fenômenos contextualizados é vê-los como geralmente produzidas e recebidas por pessoas situadas em contextos sócio-históricos específicos e providas de recursos e capacidades de vários tipos. As formas simbólicas podem possuir traços de suas condições sociais de produção do mesmo modo como por exemplo, uma fala pode estar marcada pelo acento, pelo dialeto e pelo tom de uma determinada classe social ou de uma origem regional.

A contextualização social das formas simbólicas implica também uma valorização, avaliação e conflito. Há dois tipos de valor que são particularmente importantes: o valor simbólico e o econômico. O valor simbólico ocorre em virtude das maneiras como as formas simbólicas são apreciadas pelas pessoas que as produzem e as recebem, se são queridas ou desprezadas por esses indivíduos. Quando as formas simbólicas estão sujeitas à valorização econômica, tornam-se mercadorias, ou bens simbólicos, que podem ser comprados, vendidos ou trocados de qualquer modo no mercado.

Conforme Thompson (1995), ao categorizar as formas simbólicas como fenômenos significativos que são tanto produzidos como recebidos por pessoas situadas em contextos específicos, também pode-se supor que as formas simbólicas são geralmente transmitidas, de uma maneira ou outra de produtor para receptor.

Assim, enfatiza Thompson (1995, p. 23-24)

A transmissão cultural das formas simbólicas envolve o uso de um meio técnico, ou substrato material, pelo qual uma forma simbólica é produzida e transmitida. O meio técnico garante certo grau de fixação do conteúdo significativo, como também permite certo grau de reprodução das formas simbólicas. O grau de fixação e reprodução depende da natureza do meio, uma mensagem em pedra terá, em geral, um grau muito maior de fixação, mas um grau bem menor de reprodução do que uma mensagem escrita na imprensa em papel. Um segundo aspecto de transmissão cultural se refere de transmissão cultural se refere ao aparato institucional em que o meio técnico é desenvolvido. O desenvolvimento dos meios técnicos é, muitas vezes, parte de um contexto institucional bem mais amplo, que inclui sistemas de produção de formas simbólicas e canais de difusão seletiva. O terceiro aspecto diz respeito à questão do distanciamento espaço-temporal implicado na transmissão cultural, ou seja, a transmissão de uma forma simbólica implica necessariamente a separação, até certo ponto, dessa forma de contexto original de sua produção; ela se distancia desse contexto, tanto espacialmente, como temporalmente, e é inserida em novos contextos que estão localizados em tempos e espaços diferentes. Dessa maneira, as formas simbólicas adquirem uma acessibilidade ampliada no tempo e no espaço. Tornando-se acessíveis a um número bem mais amplo de possíveis receptores que podem estar situados em contextos remotos, tanto espacial como temporalmente, dos contextos originais da produção.

Essa reflexão teórica sobre o conceito de cultura e de tópicos a ela relacionados compõem marco referencial com o qual é possível analisar quanto à comunicação de massa e à ideologia.

A produção e a circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas são inseparáveis das atividades das indústrias da mídia. O papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos constituem traços tão presentes da vida cotidiana, que é difícil, hoje, imaginar o que seria viver em um mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios por meio dos quais as formas simbólicas são rotineiramente apresentadas.

Falando em ideologia e relacionando-a à questão da mediação da cultura, Thompson apresenta, em primeiro lugar, as colocações de Marx, e enfatiza que para Marx e Engels, o termo “ideologia” tem uma forma polêmica, cujo objetivo específico é transmitir as visões dos jovens hegelianos, sendo “ideologia” um termo que conota algo errôneo. As visões dos jovens hegelianos são “ideológicas” no sentido que elas valorizam demasiadamente o valor e o papel das idéias na história e na vida social; eles

consideram as concepções, os pensamentos, as idéias, enfim, todos os produtos da consciência, aos quais eles atribuem uma existência independente, como as verdadeiras prisões dos seres humanos (da mesma maneira que os velhos hegelianos os declararam como os verdadeiros vínculos da sociedade humana).(apud THOMPSON, 1995, p. 54)

Por isso, os jovens hegelianos opõem idéias a idéias, lutam com sentenças contra sentenças e, como resultado, deixam o mundo real sem modificação. Eles não conseguem ver a conexão entre suas idéias e as condições sociohistóricas da Alemanha, nem dar à sua crítica uma força prática e efetiva.

Assim, é possível caracterizar esse termo “ideologia”, feito por Marx e Engels, como a “concepção polêmica”: ideologia, nesse sentido, é uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as idéias como autônomas e

eficazes que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sociohistórica (THOMPSON, 1995).

A originalidade da concepção polêmica de ideologia está não tanto na sua concepção mesma, como no fato de que ela está ligada a uma série de pressupostos concernentes à determinação social da consciência, à divisão do trabalho e ao estudo científico do mundo sociohistórico. Esses pressupostos formam algo que pode ser descrito como as condições de possibilidade da concepção polêmica de ideologia (THOMPSON, 1995).

A análise da ideologia, de acordo com a concepção de Thompson, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder. Para Thompson, estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sociohistóricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Ao formular essa concepção de ideologia, Thompson apóia a concepção latente de Marx. Contudo, Thompson mantém, de uma forma modificada, apenas um critério de negatividade, como uma característica definidora de ideologia: isto é, o critério de sustentação das relações de dominação. A ideologia pode operar por meio do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, por meio do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações; mas essas são possibilidades contingentes, e não características necessárias da ideologia como tal.

Pois, caracterizar os fenômenos simbólicos como ideológicos não coloca, necessariamente, sobre o analista o encargo de demonstrar que os fenômenos assim caracterizados são, em certo sentido, “falsos”.

Thompson apresenta cinco modos gerais por meio dos quais, a ideologia pode operar. No presente estudo serão destacados apenas três, que hipoteticamente serão encontrados no discurso de renúncia do Deputado Severino Cavalcanti (em anexo), conforme descrito no *corpus* deste estudo.

O primeiro deles é a Unificação. Para Thompson, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que os possam separar. Uma estratégia típica, por meio da qual este modo é expresso em formas simbólicas, é a estratégia da padronização. Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. Essa é uma estratégia seguida, por exemplo, pelas autoridades de Estado, que procuram desenvolver uma linguagem nacional, em um contexto de grupos diversos e lingüisticamente diferenciados. Outra estratégia de construção simbólica por meio da qual a unificação pode ser conseguida, sendo definida como a simbolização da unidade. Essa estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, difundidas por meio de um grupo ou de uma pluralidade de grupos.

O segundo modo por meio do qual a ideologia pode operar e que também será estudo deste trabalho é a Legitimação. Thompson afirma que as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem

representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio. A representação das relações de dominação como legítimas pode ser vista como uma exigência de legitimação que está baseada em certos fundamentos, expressa em certas formas simbólicas e que pode, em circunstâncias dadas, ser mais ou menos efetiva (THOMPSON, 1995).

A legitimação pode estar baseada sobre três tipos de fundamentos: sobre fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade das regras dadas); sobre fundamentos tradicionais (que fazem apelo às tradições imemoriais); sobre fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter de uma autoridade).

A ideologia como legitimação pode se processar de três modos: a racionalização, a universalização e a narrativização. A estratégia da racionalização é um processo de legitimação em que o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que justificará um conjunto de relações ou instituições sociais. A universalização é a forma de legitimação que se baseia em tentar tornar universais os interesses de alguns indivíduos. Finalmente, a narrativização é o processo de legitimação que usa histórias sobre o passado e retrata o presente para criar tradições eternas e aceitáveis, reforçando as relações de dominação.

O terceiro modo por meio do qual a ideologia opera é a fragmentação. Relações de dominação podem ser mantidas fragmentando os indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes. Ao segmentar esses grupos, tidos como maus, perigosos ou ameaçadores, torna-se mais fácil dominá-los. A estratégia típica de construção simbólica desse modo é a diferenciação, que consiste em enfatizar as diferenças e divisões entre as pessoas e grupos, desunindo-os e desmantelando as relações que

poderiam ameaçar o poder dominante. Outra estratégica pertinente por meio do qual esse modo é expresso em formas simbólicas pode ser descrita como o expurgo do outro, que consiste em envolver a construção de um inimigo que é retratado como inimigo coletivo e ao qual o grupo deve combater unido. É uma estratégia de união do grupo contra um mal ameaçador.

O ponto de vista de Thompson sobre ideologia considera questões essenciais da contemporaneidade, como mídia, globalização e pós-modernidade. Portanto, é fulcral para a análise a que esse trabalho se propõe.

1.2.4 A mediação da cultura

As indústrias da mídia nem sempre desempenharam um papel fundamental. O surgimento e desenvolvimento dessas indústrias foi um processo histórico específico que acompanhou o surgimento das sociedades modernas. As origens da comunicação de massa podem ser ligadas ao século XV, quando as técnicas associadas com a imprensa de Gutenberg foram assumidas por uma variedade de instituições nos maiores centros comerciais da Europa e exploradas para fins de produzir múltiplas cópias de manuscritos e textos. Este foi o início de uma série de desenvolvimentos que a partir do século XVI até hoje, conseguiu transformar radicalmente as maneiras como as formas simbólicas foram produzidas e recebidas por indivíduos no curso de suas vidas cotidianas. Esta série de desenvolvimento que subjazem da mediação da cultura moderna. Este é um processo que caminha lado a lado com a expansão do capitalismo industrial e com

a formação do sistema moderno de estados-nação. Em conjunto, estes processos são constitutivos das sociedades industriais do Ocidente. Sendo também processos que afetaram profundamente o desenvolvimento das sociedades que no passado estavam interligadas em vários graus umas às outras e que estão se tornando cada vez mais interligadas hoje. A crescente interconexão das sociedades no mundo moderno é um resultado dos mesmos processos, inclusive a mediação da cultura moderna, que configuram o desenvolvimento social a partir do início da era moderna.

As indústrias da mídia, incluindo a difusão televisiva, estão, presentemente, passando por grandes mudanças que estão tendo um impacto importante na natureza dos produtos da mídia e nos modos de sua produção e difusão. Essas mudanças são o resultado dos desenvolvimentos que ocorreram em dois níveis: no nível da economia política e no nível da tecnologia. As indústrias da mídia nas sociedades ocidentais são, em muitos casos, organizações comerciais ou quase comerciais, operando num mercado competitivo e sujeito às pressões financeiras e aos incentivos de vários tipos; por isso, mudanças nas indústrias da mídia são, até certo ponto, respostas a imperativos econômicos e pressões políticas que afetam essas indústrias enquanto interesses comerciais. Mas as indústrias da mídia são, também, fortemente dependentes da tecnologia e da inovação tecnológica. Desenvolvimentos recentes nas telecomunicações e nos computadores criaram novas possibilidades para a transmissão armazenamento e acesso à informação, desenvolvimentos que estão transformando as indústrias da mídia, e integrando-as sempre mais num conjunto mais amplo de indústrias relacionadas à difusão e ao controle da informação e comunicação (THOMPSON, 1995).

A mudança tecnológica foi sempre crucial na história da transmissão cultural: ela altera a base material, bem como os meios de produção e recepção, dos quais depende o processo de transmissão cultural (THOMPSON, 1995).

O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação é que elas aumentam significativamente o caráter transnacional da transmissão audiovisual. Ao comunicar sinais via satélite, elas ampliam a disponibilidade do material audiovisual no espaço e ao mesmo tempo conservam o caráter virtualmente instantâneo da telecomunicação. Uma vez mais, esta característica dos sinais de satélite e de cabo-satélite difere, significativamente, dos sistemas tradicionais de difusão televisiva que foram desenvolvidos principalmente dentro dos limites territoriais dos estados-nação. Para os atores institucionais, envolvidos na difusão europeia por satélite, as diferentes populações europeias são tratadas como parte de uma audiência potencialmente pan-europeia, e o espaço vendido à publicidade se fundamenta em argumentos de que seus produtos serão promovidos para um mercado pan-europeu. Esses desenvolvimentos possuem implicações de longo alcance para os processos de globalização aos quais Thompson se refere anteriormente, implicações que estão começando a ser reconhecidas e avaliadas. Eles possuem também implicações fundamentais, como Thompson (1995) indica acima, para a capacidade de governos particulares de regulamentar e controlar a transmissão de material audiovisual que se origina de fontes externas, isto é, fontes externas às regiões circunscritas pelos limites tradicionais do estado-nação.

Finalmente, o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação apresenta também a possibilidade de uma forma de comunicação mais personalizada e interativa, no sentido de que elas dão aos receptores maior escolha na seleção dos canais e serviços e maior capacidade de transmitir mensagens

próprias por meio do sistema. O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação seguiu e facilitou essas tendências, enquanto ao mesmo tempo marcava o começo de um novo ponto de partida importante na história das modalidades de transmissão cultural.

1.2.5 Os aparelhos ideológicos de estado

Os pressupostos teóricos fundamentais elencados por Althusser (1985, p. 08), que conferem especificidade à sua concepção das relações entre ideologia e instituições: são quatro organizadas em tópicos:

O primeiro pressuposto afirma que, não é no campo das idéias que as ideologias existem, e portanto, não é aí que se encontra seu interesse teórico. As ideologias têm existência material, e é nessa existência material que devem ser estudadas e não enquanto idéias. O interesse do estudo das ideologias é a reprodução das relações de produção. Trata-se de estudar as ideologias como conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção.

O segundo pressuposto apresenta a idéia de que as relações de produção implicam divisão de trabalho, isto é, lugar que só pode ser aquele para cada ator e que, portanto, deve ser reconhecido como necessário pelos atores em atuação. A questão da ideologia é a mesma dos mecanismos ideológicos que têm por objetivo o reconhecimento da necessidade da divisão do trabalho e do caráter natural do lugar determinado para cada ator social na produção.

O terceiro pressuposto desenvolvido apresenta o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar, é o mecanismo da sujeição. Sujeição, tal como é entendida por Althusser nesse texto, é um mecanismo com duplo efeito: o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um Sujeito absoluto. Em cada ideologia o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, a Humanidade, o Capital, a Nação, etc., as quais, embora específicas em cada uma, são perfeitamente equivalentes nos mecanismos da ideologia em geral.

O quarto e último pressuposto enfatiza esse mecanismo ideológico básico: a sujeição, como algo que não está presente somente nas idéias, mas existe num conjunto de práticas, de rituais situados em um conjunto de instituições

concretas. Embora distintas, essas instituições concretas possuem a unidade do efeito de sujeição sobre os agentes sociais ao seu alcance. Sua unidade, entretanto, não lhe é conferida por uma política ou por um comando unificado, mas pela ideologia dominante: são os aparelhos ideológicos de Estado.

Ao analisar a reprodução das condições de produção que implica a reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes - força do trabalho (mercadoria) x capital (matéria-prima, tecnologia etc), Althusser é levado a distinguir do Estado os Aparelhos Repressivos do Estado (Governo, Exército, polícia, Tribunais etc) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE).

Como Marx, Althusser acreditava que a estrutura da sociedade tinha como base níveis de produção: Infra-estrutura ou base econômica (é o que define a sociedade); e Super-Estrutura – ideologia dominante (jurídico-política, religiosa e moral, etc).

Althusser enumera os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) provisoriamente da seguinte forma: O AIE religioso (sistema das diferentes igrejas); O AIE escolar (sistema de diferentes escolas públicas e particulares); O AIE familiar (privado); O AIE jurídico (privado/público); O AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos – privado); O AIE sindical; O AIE da informação (imprensa, rádio, TV – privado); O AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos etc. – público e privado); O AIE mais importante é o escolar.

A diferença entre o Aparelho Repressivo de Estado e o Aparelho Ideológico de Estado é que o primeiro funciona primeiramente pela violência e secundariamente pela ideologia enquanto o AIE é o inverso.

Em suma, a ideologia materializa-se em aparelhos, os Aparelhos Ideológicos de Estado. Com esses instrumentos conceituais, Althusser avança sua tese. A escola faz parte do instrumento mais importante de reprodução das relações de reprodução capitalistas. Por isso, ela toma a si todas as crianças de todas as classes sociais e lhes “impõe” durante anos a fio de audiência obrigatória “saberes práticos” envolvidos na ideologia dominante. Uma grande parte (operários etc.) cumpre a escolaridade básica e é introduzido no processo produtivo. Outros começam a estudar, mas acabam por interrompê-lo. Uma pequena parte, enfim, atinge o topo da pirâmide escolar. Esses vão ocupar os postos próprios dos “agentes da exploração” (no sistema produtivo), dos “agentes de repressão” (nos ARE), dos “profissionais da ideologia” (nos AIE). Em todos os casos, trata-se de reproduzir as relações de exploração capitalista.

No entanto, Althusser não nega a luta das classes, ao contrário, chega mesmo a afirmar que “Os AIE podem ser não só o alvo, mas também o local da luta de classes e por vezes de formar renhidas da luta de classes”. Entretanto, quando descreve o funcionamento do AIE escolar, a luta de classes fica praticamente diluída, tal o peso que adquire aí a dominação burguesa.

Quando Althusser apresenta o conceito de AIE, demonstrando que eles funcionam por meio da ideologia, surge a necessidade de defini-la.

Assim, Althusser (1985, p.81) afirma:

A expressão ideologia foi forjada por Cabanis Destruitt de Tracy e seus amigos, e que designava por objeto a teoria (genérica das idéias). Quando cinquenta anos mais tarde, Marx retoma o termo, lhe conferindo um sentido totalmente distinto. A ideologia é aí, um sistema de idéias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social.

Na ideologia alemã, num contexto positivista, a ideologia é concebida como pura ilusão, puro sonho, ou seja, nada. A ideologia é pensada como uma construção imaginária, cujo estatuto é exatamente o mesmo estatuto teórico do sonho nos autores anteriores a Freud. Para tais autores, o sonho era o resultado puramente imaginário, quer dizer nulo, de “resíduos diurnos”, apresentados numa ordem e composição arbitrárias, por vezes invertidas. Portanto, para eles, o sonho era o imaginário vazio e nulo, arbitrariamente *bricoleur*, de olhos fechados, dos resíduos da única realidade plena e positiva, a do dia.

Contudo, afirma Althusser (1985, p.87), que os indivíduos representam suas condições reais de existência, seu mundo real na ideologia, ou seja, o que é nela representado, é antes de mais nada, a sua relação com suas condições reais de existência.

Ao mencionar os Aparelhos ideológicos do Estado e suas práticas, Althusser (p. 91) afirma que:

Cada um deles é a realização de uma ideologia (religiosa, moral, política, moral, jurídica, etc.), sendo assegurada por sua subordinação a ideologia dominante. Portanto, defende a seguinte tese: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material.

Certamente a existência material da ideologia em um aparelho e suas práticas não é a mesma da de um paralelepípedo ou de um fuzil. Porém, a matéria expressa-se de diversas maneiras, ou melhor, ela existe de diferentes formas. Portanto, a representação ideológica da ideologia é, ela mesma.

Qualquer indivíduo se conduz de tal e qual maneira, adotando tal e qual comportamento prático, e ainda participa de certas práticas regularmente, que são

as do Aparelho ideológico do qual dependem as idéias que ele livremente escolheu com plena consciência, enquanto sujeito.

Em todo esse esquema, constata-se portanto que a representação ideológica da ideologia é, ela mesma, forçada a reconhecer que todo “sujeito” dotado de uma “consciência” e crendo nas “idéias” que sua “consciência” lhe inspira, aceitando-as livremente, deve “agir segundo suas idéias”, imprimindo nos atos de sua prática material as suas próprias idéias enquanto sujeito livre. Se ele não o faz, “algo vai mal” (ALTHUSSER, 1985).

Na verdade, se ele não faz o que, em função de suas crenças, deveria fazer, é porque faz algo diferente, o que, sempre em função do mesmo esquema idealista, deixa perceber que ele tem em mente idéias diferentes das que proclama, e que ele age segundo outras idéias, seja como um homem “inconseqüente” (“ninguém é voluntariamente mal”), ou cínico, ou perverso.

O sujeito, portanto, atua enquanto agente do seguinte esquema: (enunciado em sua ordem de determinação real): a ideologia existente em um aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença (ALTHUSSER, 1985).

Essa tese vem simplesmente explicitar a última formulação de Althusser (1985), só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria de sujeito e de seu funcionamento.

1.2.6 Mídia, ideologia e poder

O papel que a mídia exerce nas sociedades contemporâneas e na naturalização e perpetuação das ideologias é objeto de incessantes estudos nas sociedades modernas. Thompson (1995, p.219) ressalta que a circulação e a produção de formas simbólicas, nas sociedades modernas, é inseparável das atividades e do desenvolvimento da mídia, visto que ela é responsável pela difusão de formas simbólicas entre um número cada vez maior de indivíduos, que partilham de experiências comuns e de uma memória coletiva que existe em função de viverem em uma sociedade de cultura mediada.

De acordo com o conceito crítico de ideologia de Thompson, de que o sentido serve para estabelecer e manter as relações de poder ou as “relações de dominação”, analisá-la significa atentar para as formas de domínio em ação. Não se trata apenas de certas formas simbólicas, mas de uma característica da estrutura social e do papel das formas simbólicas na vida social. Segundo a teoria de Thompson, pode-se dizer que comunicação de massa é um dos principais meios de transmissão da ideologia nas sociedades modernas, atuando na forma de ser, de pensar e de agir dos indivíduos, porque o seu desenvolvimento cria novos parâmetros de operação da ideologia na formação de valores, conceitos e representação identitárias.

A difusão e a expansão das indústrias de mídia está mudando a sociedade moderna, pois cada vez mais as pessoas, nos mais variados locais do mundo, têm acesso a uma cultura mediada devido à facilidade dos meios técnicos. Agora é importante ter em mente que esse acontecimento tem dois lados. Se, por

um lado, é bom ver que mais pessoas têm acesso a informações, por outro, é preocupante saber que essas informações produzidas pela mídia podem ser manipuladas para difundir apenas as verdades, as versões dos fatos que interessam apenas a determinado grupo que se encontra no poder. Essas informações midiáticas podem destruir valores, culturas, crenças de certos povos ou grupos para serem substituídas por valores, culturas, crenças dominantes.

1.2.7 A hermenêutica de profundidade

Segundo Thompson (1995), a Hermenêutica pode oferecer uma reflexão filosófica sobre o ser e a compreensão como uma reflexão metodológica sobre a natureza e as tarefas da interpretação na pesquisa social.

Pelo método proposto pelo aclamado lingüista, é possível “investigar alguns dos elos entre debates teóricos sobre cultura, ideologia e comunicação de massa, de um lado, e a análise prática das formas simbólicas do outro” (THOMPSON, 1995, p.355). O autor quer demonstrar que a Hermenêutica de Profundidade (HP), é o estudo de construções significativas e da contextualização social das formas simbólicas, além de fornecer um referencial metodológico para a condução da análise, em especial, a análise da ideologia.

Para Thompson, formas simbólicas são construções significativas que requerem uma interpretação; elas são ações, falas, textos, imagens, que, por serem construções significativas, podem ser compreendidas e interpretadas. Os processos de compreensão e interpretação devem ser vistos não como uma dimensão

metodológica que exclua radicalmente uma análise formal ou objetiva, mas antes como uma dimensão que é ao mesmo tempo complementar e indispensável a ela.

Em todas as disciplinas, em qualquer campo de investigação, questionam problemas de compreensão e interpretação. Não é diferente com o mundo sócio-histórico que não é somente um campo-objeto, para ser observado. Ele é também um campo-sujeito, construído, em parte, por sujeitos, que no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão sempre preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor. A hermenêutica nos lembra que os “sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto são, como os próprios analistas sociais, sujeitos capazes de compreender, de refletir e de agir fundamentados nessa compreensão e reflexão.” (THOMPSON, 1995, p. 359).

Thompson enfatiza que na esfera sociohistórica, a investigação social está ligada a um campo-objeto, formado em parte por sujeitos capazes de compreender, refletir e agir. E por isso mesmo os resultados dessa investigação podem, em princípios, serem apropriados pelos sujeitos que constituem esse campo, mesmo que na prática, por quaisquer motivos, os resultados não sejam apropriados.

Neste trabalho irei focalizar minha atenção nas inter-relações entre significado e poder, nas maneiras pelas quais as formas simbólicas podem ser usadas para estabelecer e sustentar relações de poder, fazendo com que a análise da ideologia assuma um caráter distintivo e crítico, levantando questões a respeito do uso das formas simbólicas.

2 O CORPUS

O corpus é constituído pelo discurso parlamentar de renúncia proferido pelo Deputado Severino Cavalcanti (PP—PE), na tribuna da Câmara dos Deputados, em 21 de setembro de 2005, discurso este transcrito pelos taquígrafos do Departamento de Taquigrafia e Revisão (DETAQ) daquela Casa. O discurso sob análise foi retirado da página eletrônica da Câmara dos Deputados, *www.camara.gov.br*, (acesso em 17/03/2006).

O referido discurso encontra-se em anexo. Para facilitar a localização dos exemplos citados no decorrer da análise, os parágrafos foram numerados e os trechos analisados foram grafados em itálico.

3 ANÁLISE EMPREENDIDA

3.1 Da análise sociohistórica (Contextualização)

Nesta fase analítica da interpretação da ideologia, a ênfase recai sobre os campos de interação e as instituições sociais, embora não se possa eximir de análise a situação espaço-temporal, a estrutura social e os meios técnicos de comunicação. Focalizarei, pois, os dois tópicos iniciais.

Severino Cavalcanti representava, no momento de seu discurso de renúncia, uma instituição de alto relevo na estrutura social e política do País, a Câmara dos Deputados do Brasil. Era o Presidente daquela Casa do Congresso Nacional, a Casa do Povo, e ocupava a terceira posição na hipótese de sucessão presidencial, em caso de eventual afastamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Vice-Presidente.

A ascendência daquele político ao cargo de maior prestígio daquela Casa de Leis se deu sob grande polêmica, contrariando todos os prognósticos da imprensa especializada, que apostava no candidato governista Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que sofreu derrota fragorosa. O Partido dos Trabalhadores, partido governista, em meio a graves denúncias de corrupção, enfrentava uma crise interna. Dividido, assistia à cisão da maioria conservadora e da minoria progressista. Este grupo pressionava o Palácio do Planalto a retroceder em projetos considerados prioridade pelo Governo e que tratavam de assuntos como flexibilização do direito do trabalho, autonomia do Banco Central e reforma sindical.

A vitória de Severino, com 300 votos favoráveis do total de 513 Deputados e 498 presentes, representou o triunfo do chamado "baixo clero" (parlamentares com pouca expressão política) e ocorreu em meio à crise institucional que rondava os Poderes Legislativo e Executivo, tendo sido alardeada como uma possível demonstração de insatisfação com a política econômica do Presidente Lula.

A chegada à Presidência da Câmara dos Deputados, contudo, foi a coroação e também, por algum tempo, o crepúsculo — de uma vida inteira dedicada à política. Pernambucano, nascido em 18 de dezembro de 1930, no Município de João Alfredo, Severino José Cavalcanti Ferreira foi Prefeito de sua cidade natal de 1964 a 1966, e Deputado estadual a partir do ano de 1967, cargo que ocupou durante 28 anos com sete mandatos consecutivos, de 1967 a 1995. Na Câmara dos Deputados, foi eleito para as seguintes legislaturas: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007. Esteve filiado à UDN, União Democrática Nacional, partido que liderou a oposição a Getúlio Vargas quando aquele Presidente ainda era vivo. Em 1966, entrou para a Arena, Aliança Renovadora Nacional, o partido de sustentação da ditadura militar. Em 1980, foi para o PDS e, em 1987, para o PDC, Partido Democrata Cristão, onde permaneceu até 1990, quando entrou no PL, Partido Liberal. Neste partido, permaneceu apenas até 1992, quando foi para o PPR. Em 1994, transferiu-se para o PFL e, no ano seguinte, para o PPB, onde permaneceu até 2003, quando o partido mudou o nome para PP, Partido Progressista.

Antes de dar prosseguimento à explanação de tópicos importantes do contexto sociohistórico-político do discurso em tela, embora um tanto adstritos ao âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo da República Federativa do Brasil, cabe-me apresentar um esclarecimento. Obviamente, não amplio a análise a campos de

interação e instituições sociais de âmbito internacional que porventura estejam de alguma forma envolvidos — e certamente estão — com o fenômeno social em questão, porque não seria apropriado à dimensão e à pretensão deste trabalho. Contudo, mister se faz a verificação do papel do discurso — neste caso, a palavra "discurso" é tomada no sentido de texto, prática discursiva ou prática social (FAIRCLOGH, 2001, p.23) - para a construção do "eu", conforme nos ensina o mestre Norman Fairclough, em suas elucubrações a respeito da função interpessoal da linguagem:

O influente estudo de Jakobson sobre funções da linguagem, por exemplo, distingue como 'emotiva' ou 'expressiva' uma função que 'visa à expressão direta da atitude do falante em relação àquilo que ele está falando' (1961:354). O que isso deixa de fora é a perspectiva crucial da construção: o papel do discurso na constituição ou construção do 'eu'. Quando se enfatiza a construção, a função da identidade da linguagem começa a assumir grande importância, porque as formas pelas quais as sociedades categorizam e constroem identidades para seus membros são um aspecto fundamental do modo como elas funcionam, como as relações de poder são impostas e exercidas, como as sociedades são reproduzidas e modificadas." (FAIRCLOGH, 2001, p. 209, grifo meu.)

Como o que se persegue neste estudo é a interpretação da ideologia, isto é, a inter-relação entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação, as palavras do ilustre lingüista Norman Fairclough justificam os parágrafos seguintes, em que procuro elucidar como a identidade do orador se apresentava nos campos de interação social, na circunstância determinada do proferimento do discurso parlamentar. Para esse desiderato, socorre-me as manifestações de representantes de alguns segmentos sociais, a seguir trasladadas:

"Isso não quer dizer que Severino Cavalcanti seja um aliado do movimento popular. Trata-se de um deputado conservador no plano dos costumes e no que diz respeito aos grandes interesses populares. Ele estará pronto para acordos com o Governo Lula e, principalmente, no que disser respeito às medidas contra os trabalhadores - Severino já declarou apoiar a proposta do Grupo do Planalto de flexibilizar a CLT (..) Há corrupção? Há clientelismo? Sim, mas tanto no Legislativo quanto no Executivo, e essa corrupção faz parte da representação política burguesa num país como o Brasil. O movimento popular não pode confiar no Deputado Severino Cavalcanti e nem ao Grupo do Planalto, com quem Severino vai procurar acordos".

Essas foram palavras publicadas após a nomeação de Severino Cavalcanti como Presidente da Câmara Federal, extraídas de artigo de Arnaldo Boito Júnior, Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp e membro do Comitê Editorial da Revista Crítica Marxista (2005). Outra acadêmica, Roseli Fischmann, Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo, também expressa algum descontentamento em relação ao resultado do escrutínio que levou Severino ao cargo maior da Câmara, no artigo intitulado "Severino: o retirante e o (em breve) retirado", publicado em 4 de setembro de 2005, no sítio digital da USP:

"(..) A questão aqui é o constrangimento de ter como presidente da Câmara uma pessoa capaz de defender o indefensável (..) o de ver o símbolo de muitos, o Severino retirante, de João Cabral de Melo Neto, ter seu símbolo e beleza conspurcado pela situação — perturbando, assim, todos os outros Severinos deste país. Resolvi fazer um levantamento dos dados do deputado na Câmara e nos arquivos eletrônicos de jornais, da época de sua eleição à presidência e de lá até

aqui. É uma profusão de exemplos constrangedores para qualquer brasileiro, o que se dirá para os deputados a quem preside. (...) Mas vamos dar um exemplo, extraído dos arquivos da Folha de São Paulo de 3 de maio, a reportagem sobre a sabatina aplicada ao deputado, que o jornal promoveu então. Relata a matéria da Folha: 'Se pode fazer isso em empresas privadas, por que não pode fazer em órgãos públicos?', afirmou o deputado Severino Cavalcanti ao defender a prática do nepotismo (privilegiar parentes na administração pública) na Câmara dos Deputados. E complementando: "Severino defende a sua equipe, da qual fazem parte três parentes dele: 'Ela é que me faz ser reeleito há 40 anos. Ou eu sou um gênio ou minha equipe é valorosa'. (Folha de São Paulo, 30 de abril, pág. A6). "

Dos mais diversos grupos sociais, somaram-se vozes de crítica ao resultado da eleição para a cadeira maior da Câmara dos Deputados, como a que a seguir transcrevemos, oriunda do grupo Rede Feminista de Saúde, da qual a médica Fátima Oliveira é Secretária-Executiva. Estas foram as ponderações da médica, publicadas na revista *On Line Afirma*, Revista Negra, em 10 de março de 2005:

"Alguém tem dúvida que o Vaticano e fundamentalistas de todas as tintas ficaram apenas expectando, ou melhor, como dizemos nós da roça: matutando sobre o assunto? Tendo em conta que SC já foi recebido pelo Papa João Paulo 1/, às custas de sua declarada e "meritória" ação parlamentar misógina e homofóbica, e abençoado pelos serviços prestados ao Vaticano, analistas da política se descuidaram, mas é bom correr atrás de buscar analisar o peso do fundamentalismo na eleição de se. (...) Católico roxo, misógino e homofóbico, jamais um doido! (...) Agora estão chamando o recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados de SS (Super Severino). Relembrando que o nobre deputado estava em Nova 101'que em 11 de setembro de 2001 (ataque às Torres Gêmeas do World Trade Center),

hospedado com a esposa, Amélia Cavalcanti, nas proximidades da catástrofe, eles possuem o status de sobreviventes do 11 de setembro, o que em si não deixa de ser uma glória pessoal suficiente para ele receba o codinome de Sortudo Severino, mas daí a Super Severino há um longo caminho que a sua biografia demonstra que ele não deu conta de percorrer, ou pelo menos jamais se interessou. (..) Recordo que SS é também a sigla das Tropas ou Esquadras de Proteção (SS - Schutzstaffel), criada pelo Partido Nacional-Socialista (Nazista) para a segurança pessoal de Hitler, na década de 20 e 30. (..) Embora Severino Cavalcanti seja um velho e conhecido inimigo do feminismo, assim como o Vaticano, e se vanglorie de dizer que é um "católico roxo" e que talvez seja mais conservador do que o Vaticano (Vôte!), o codinome SS parece-me inadequado, mesmo em contexto de democracia e partidos políticos débeis, para dizer da supervalorização do poder de um presidente da Câmara dos Deputados, embora saibamos que ele pode muito, sempre. "

Finalmente, o artigo seguinte retrata a imagem de Severino Cavalcanti por um grupo de defensores dos direitos dos homossexuais, sem autoria expressa, publicado em 21 de setembro de 2005, na revista digital *GLS Planet*:

"Severino Cavalcanti, homofóbico acusado de corrupção, acaba de renunciar à Câmara dos Deputados. Um dos maiores homofóbicos do Congresso brasileiro, o presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti, acaba de renunciar ao mandato de deputado, após acusações de corrupção, de que teria recebido o mensalinho, feitas pelo empresário Sebastião Buani, dono de uma rede de restaurantes em Brasília, inclusive os da própria Câmara. Em seu discurso de renúncia, Severino se disse um cristão correto, que no período em que presidiu a Câmara dos Deputados instituiu a democracia no local. Nada parecido com as acusações contra os GLS, que sempre chamou de aberrações. Severino foi o líder

da frente contra a parceira civil entre pessoas do mesmo sexo e sempre foi considerado um grande inimigo dos gays no Congresso. Em seu discurso de renúncia, Severino Cavalcanti lembrou o escritor Euclides da Cunha, quando disse: 'Todo sertanejo é, antes de tudo um forte '. Mas forte mesmo quem se mostrou foi Fernando Gabeira, que o enfrentou em plena Câmara dos Deputados recentemente dizendo que sua presidência da Câmara era 'uma vergonha para esta casa'. "

Constitucionalmente, Severino Cavalcanti respondia pela Presidência da Câmara dos Deputados. Politicamente, Severino se considera e é considerado ao tempo do discurso — o que, conforme assevera, sempre foi motivo de orgulho — um político conservador, de direita, que diz lutar em defesa da família, dos pequenos e microempresários, e das classes produtoras. É conhecido por sua homofobia, seu fundamentalismo religioso e sua posição radicalmente contrária a questões controvertidas como aborto, pesquisas com as células-tronco embrionárias e união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Católico fervoroso, ligado à ala conservadora da Igreja, Severino foi o autor da denúncia que levou o Governo militar a expulsar do País o padre italiano Vito Miracapillo, em 31 de outubro de 1980, que se recusara a celebrar uma missa comemorativa à Independência, alegando que o País ainda não havia efetivamente conquistado a sua independência. Embora a expulsão de Miracapillo tenha tido repercussão internacional, e em nenhum momento Severino, na época filiado ao PDS, demonstrou arrependimento pelo ato, que justifica afirmando que o padre estava desagregando os moradores da cidade de Ribeirão Preto.

Em 21 de setembro de 2005, pressionado por denúncias de extorsão a empresário que detinha a concessão de restaurantes na Câmara — embora negando a veracidade das acusações —, Severino Cavalcanti renunciou ao mandato de Deputado Federal e, conseqüentemente, ao cargo de Presidente da Mesa Diretora. Entrou para a história como o primeiro Presidente da Casa a sair no exercício do cargo. Com efeito, a renúncia livrou-o de um processo de cassação que poderia anular seus direitos políticos por oito anos, não obstante haver o ex-Deputado justificado assim a sua decisão: *"... para que a Câmara não continue parada, para que o povo possa sair às praças públicas e elevar o nome da nossa instituição, porque sei que, se ficasse e continuasse como Presidente, iria travancar o funcionamento da Casa"*.

O ex-Presidente da Câmara insere-se" no contexto sociohistórico como um dos personagens da crise política que, a partir de 2004, o Governo do Presidente Lula enfrenta e que atingiu seu ápice em julho de 2005, quando o então Deputado Roberto Jefferson desencadeou uma série de denúncias em entrevista à jornalista Renata Lo Prete, no jornal *Folha de S.Paulo*. Além de Severino, a crise também provocou a destituição de cargos de inúmeros membros do poder instituído, entre eles o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu; o próprio Deputado Federal Roberto Jefferson, membro do Partido Trabalhista Brasileiro que levou a crise para dentro do Poder Legislativo; toda a cúpula diretória do partido governista, o Partido dos Trabalhadores, inclusive o Presidente do partido, Deputado José Genoíno; alguns Ministros e vários diretores de estatais. Ademais, lotou-se o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados com uma lista de 13 Parlamentares, submetidos a processo de cassação. Instalaram-se duas Comissões Parlamentares de Inquérito para apurar os delatados esquemas de corrupção, em

que estariam envolvidos, segundo as investigações, mais de 100 Parlamentares, entre Deputados e Senadores de diversos partidos.

Após abordar alguns elementos sociohistóricos relevantes, passo à análise formal ou discursiva do texto, não sem antes atentar para o fato de que, em relação aos meios técnicos de transmissão, o discurso proferido por Severino Cavalcanti foi simultaneamente transmitido a todo o País e ao mundo, por todos os meios de distribuição existentes, entre eles o rádio, a televisão e a Internet. A própria transcrição do discurso foi realizada e divulgada, quase simultaneamente à manifestação do orador, pelo Departamento de Taquigrafia da Câmara os Deputados, que disponibiliza *online*, via *wide world web*, todos os pronunciamentos realizados no Plenário daquela instituição. Note-se que a imprensa, um dos mais poderosos aparelhos ideológicos do Estado, conforme ensinamentos de Louis Althusser (1971) — e considerada por muitos o quarto poder —, demonstra papel decisivo nas relações de poder e na delineação do quadro institucional hodierno.

3.2 Da análise discursiva

Segundo as lições de Thompson (1995, p. 379), o método da interpretação da ideologia propõe três passos para esta fase. Começo, portanto, a analisar as características estruturais do texto e a estabelecê-las como instâncias de estratégias ou processos específicos para a construção simbólica. A seguir, tentarei argumentar como, na circunstância específica do caso em apreço, tais estratégias ou processos podem estar ligados aos três modos de operação da ideologia (legitimação, unificação e fragmentação) selecionados para este estudo. Finalmente,

mostrarei como tais estratégias servem para sustentar relações de dominação. Dessa forma, já estarei construindo o corolário necessário para o caminho que levará à fase final de interpretação e reinterpretação da ideologia.

Nesta fase da hermenêutica de profundidade, os focos estão sob a análise argumentativa, que possibilita um caminho mais plausível para a conclusão sobre os aspectos ideológicos embutidos no texto. Trato, sobretudo, das estratégias de persuasão e convencimento expressas na retórica. Contudo, os outros elementos de constituição do texto (análise semiótica, da conversação, sintática e narrativa) não podem ser desprezados, mas serão tomados *en passant*, quando realmente relevantes a este estudo. Não se pretende, por conseguinte, exaurir o exame da totalidade dos elementos formais ou discursivos, pois seria despiciendo e inadequado ao objetivo deste estudo.

Para a análise formal ou discursiva, extraí excertos do discurso cuja estrutura exemplifiquem, ilustrem ou denotem alguns dos modos de operação da ideologia. Concomitantemente, procurarei estabelecer a conexão entre esses modos e as relações de dominação presentes na circunstância específica ora objeto de minhas elucubrações.

Eis o trecho de abertura do discurso de Severino Cavalcanti:

"O SR. PRESIDENTE {Severino Cavalcanti} - Prezados companheiros de Mesa, que hoje na totalidade comparecem a esta sessão, antes de iniciar meu pronunciamento, quero levar a minha palavra de solidariedade ao bravo companheiro Nilton Baiano. Sei que talvez seja a próxima vítima, mas, Nilton, fique certo de que o Brasil vai estar a seu lado. Lamentavelmente isso aconteceu no dia em que ocupo a tribuna da Presidência da Casa pela última vez neste mandato.

Deputado Nilton Baiano, volte para casa tranqüilo. V. Exa. está sendo vítima, como muitos poderão ser, da campanha insidiosa com a qual querem atingir todos os Parlamentares. "

Meus prezados companheiros de representação popular, minhas prezadas Deputadas. Minhas senhoras, meus senhores, as palavras de Euclides da Cunha em Os Sertões ecoam ainda nas terras mais longínquas do Nordeste: "O sertanejo é, antes de tudo, um forte ". Todos nós já ouvimos certamente essa frase ao longo da vida. E diante do que estou vivendo no momento, diante das circunstâncias que me cercam de ameaças, de escárnio, de contestação, de processos sem causa, eu me recordo de que o sertanejo é antes de tudo um forte e tento me lembrar do que isso queria dizer para mim. "

No vocativo inicial, no primeiro parágrafo do discurso, o orador reporta-se apenas aos companheiros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Segundo nos alerta João Bosco Bezerra Bonfim (2005, p. 34), *"nas cortesias, agradecimentos, elogios, o orador expressa o seu reconhecimento à audiência. (...) Esta estratégia faz parte da 'configuração' da audiência e revela a quem o orador dá importância"*. O então Presidente Severino Cavalcanti dirige as palavras iniciais às pessoas que deseja ressaltar, valorizar, e, no caso, como já se encontrava praticamente sem apoio político, invocou apenas aqueles que eram companheiros na condução dos trabalhos administrativos da Casa, aqueles que não representavam uma ameaça à sua autoridade, deixando de lado aqueles que poderiam lhe tirar a autoridade naquele momento da sua fala, por meio de manifestações, como as vaias etc. Severino Cavalcanti usa aqui a tentativa de fragmentação, uma estratégia típica de construção simbólica de expurgo do outro.

Em seguida, o Presidente reporta-se ao Deputado Nilton Baiano, desviando o foco da atenção sobre si e procurando demonstrar que ele não é a única vítima da pretensa conspiração, que não está sozinho naquela situação ou posição incômoda. Trata-se de tentativa de unificação, uma estratégia de simbolização de unidade, de construção de uma identidade coletiva, presente em vários outros trechos do discurso, especialmente no parágrafo segundo, em que ele invoca, desta vez, os *"prezados companheiros de representação popular"* e diz-se, como os nordestinos, um sertanejo forte.

O objetivo é buscar adesão à causa e irmanar o auditório em um sentimento comum. A estratégia de argumentação persuasiva intenta, precipuamente, estabelecer o compartilhamento de valores e sentimentos, despertar a compaixão pelo sofrimento do orador ou por aquilo que ele representa — no caso, aqueles que, embora tenham nascido em região menos abastada e, embora tenham sofrido muito, são fortes e vitoriosos. Esse apelo afetivo, logo no início do discurso, pretende justamente unificar os indivíduos a quem ele se dirige, mais especificamente os seus pares no Parlamento, e os nordestinos. É de se notar como ele se reporta à totalidade desse auditório, ainda no parágrafo segundo: *"Todos nós já ouvimos certamente essa frase ao longo da vida"*.

A escolha lexical que vem ao aporte desse apelo sentimental não se esgota no segundo parágrafo, mas estende-se pelos parágrafos seguintes: *"escárnio"*, *"ameaças"*, *"processos sem causa"*, *"pobreza da terra"*, *"pobreza do homem"*, *"dificuldade"*, *"meninos pobres do Nordeste"*, *"agruras"*, *"durezas"*, *"inclemência implacável"*, *"desigualdade"*, *"segrega a humanidade"*, *"excluindo os despossuídos"*. Todas essas expressões têm conotação com a idéia de injustiça.

Nos parágrafos quarto, quinto e sexto, o orador narra a sua trajetória de vida e exalta a sua condição de ex-comerciante bem-sucedido e político pobre, que arrastara "*à bacarota*" inclusive a esposa, mulher rica antes do casamento. Neste ponto, surgem expressões como "*esperança*" e "*próspero*", que redirecionam o discurso, fazendo a transposição da antiga situação de penúria para a vitória pela escolha vocacional pela política. As expressões "*farol para a cristandade brasileira*" e "*farol da minha vida*" são metáforas utilizadas para marcar os valores e as crenças de Severino, cujas raízes são a família e a religiosidade cristã. Aliás, a palavra "*Deus*" é recorrente em todo o discurso.

No sétimo parágrafo, notória faz-se a utilização da terceira pessoa em lugar da primeira: "*...falo a verdade: Severino Cavalcanti empobreceu com a política...*" O orador se afasta do discurso em uma estratégia de legitimação de seus argumentos, para sustentar a sua posição de merecedor do cargo a que assomou e injustiçado por estar sendo obrigado a dele destituir-se, por pressões externas. Nessa busca pela legitimação, ordena que se lhe façam devassas na vida pregressa, especialmente no que se refere ao aspecto das finanças, já que é acusado de extorsão. Para a consecução de seu intento, dirige ao auditório frases curtas, de comando, iniciadas por verbos no modo imperativo.

"A vocação política, entretanto, permaneceu intacta. Os propósitos, os objetivos, os desejos mais acalentados da alma, com ajuda de Deus, tornaram-se realidade. Desde que tomei a decisão de unir meu destino ao de meu povo tenho colecionado alegrias — e esse povo jamais me tem faltado. "

Ainda no parágrafo sétimo — e também neste oitavo —, Severino Cavalcanti une o seu destino ao do povo e, assim, parece tentar co-responsabilizar a

sociedade pelo seu engajamento político. Talvez essa seja uma forma de neutralizar a sua própria responsabilidade diante dos fatos de sua vida política, inclusive o seu pedido de renúncia.

"Há 8 meses, o coroamento de uma carreira política de mais de 40 anos consecutivos: o menino pobre de João Alfredo tornou-se o Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente depois de uma eleição disputadíssima, limpa, democrática; Presidente, com 300 votos; Presidente eleito para mudar uma Casa cheia de donos, os donos do Congresso, onde pontificava uma elite distanciada da maioria dos Deputados, chamada desdenhosamente de "baixo clero" e praticamente ignorada em todas as decisões importantes do Parlamento. "

Como em quase todos os países do mundo, o Governo impunha sua vontade ao Legislativo com a quebra permanente da independência dos Poderes; a violação sistemática do calendário das votações, por meio das medidas provisórias, instrumento autoritário pelo qual o Governo substitui o Parlamento na elaboração das leis. Há muitos anos as medidas provisórias estão aqui nesta Casa. Lutamos com todas as nossas forças contra essa violação sistemática do princípio da separação dos Poderes, e várias vezes derrotamos o Governo, criando e alimentando uma esperança de um Legislativo independente e soberano. Lutamos, ao mesmo tempo, por uma ampla democratização interna: a Câmara sem igrejinhas, sem grupos privilegiados; a Câmara para todos os Deputados. "

A fragmentação, com a diferenciação e o expurgo do outro, é um dos principais modos de operação da ideologia aplicados no texto sob exame. Ao se dizer representante do "baixo clero", ou seja, a maioria dos Parlamentares distanciada da elite de comando — a quem o orador expressa repúdio —, Severino

propugna sua posição como paladino dos injustiçados, artífice do equilíbrio e da democracia, aquele que dá voz a quem não tinha. Bastante interessante é a escolha lexical referente ao "outro", "*ao grupo de privilegiados*", à elite que toma as decisões e detém o poder dentro da Casa de Leis: "*igrejinhas*". Mais adiante, no décimo quarto parágrafo, volta a referir-se ao grupo, ainda no diminutivo pejorativo, como "*elitezinha*".

A diferenciação e o expurgo, entretanto, não se restringe às câmaras do Poder Legislativo. Ela abrange, ainda, o Poder Executivo, que, segundo anuncia o orador, tem-se imiscuido em assuntos *interna corporis* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Neste ponto, a causa comum é a injustiça contra todos os Parlamentares, e isso novamente busca levar o auditório a aderir às suas razões, desta vez não pela persuasão, mas por meio do convencimento. O inimigo é derrotado, graças às ações do, então, Presidente daquela instituição: "... *várias vezes derrotamos o Governo...* "

Nos parágrafos seguintes, Severino exorta seus pares. Cita o testemunho de alguns deles em favor de sua administração. Contudo, propositadamente, não faz menção a nomes, não identifica quem o elogiou por meio da imprensa. Curiosamente, sequer apresenta o nome do jornal que teria publicado os referidos encômios. Por estar em situação desconfortável politicamente — e como pretende voltar à Casa, conforme anuncia ao final do discurso, —, não ousa nomear aqueles que, em ocasião pretérita, manifestaram-lhe apoio. Com tal descrição, pretende assegurar um possível apoio com relação às suas pretensões políticas futuras: "*Tudo, portanto, aos Deputados: que tenham todas as condições para exercer seu mandato* ". Ademais, o texto é eivado, do início ao fim, de sujeitos indeterminados e pronomes indefinidos na função nuclear do sujeito.

Dos parágrafos décimo sétimo a décimo nono, o então Deputado ratifica alguns dos argumentos já expendidos anteriormente. Exalta a dignidade de seus companheiros de Parlamento e reafirma a necessidade de eliminar os privilégios de determinados Parlamentares, considerados de elite. Apela para os valores familiares e busca renovar a comoção do auditório, quando faz referência a filho e nora falecidos em acidente.

Cumpre-nos apontar que os valores familiares estão sempre atrelados aos políticos. Ao referir-se aos filhos, o orador não oculta o orgulho de tê-los engajados na lida política, detentores de cargos públicos eletivos ou não. Severino Cavalcanti representa a oligarquia nordestina e faz parte daquele grupo de políticos que não separam os interesses pessoais e familiares dos interesses públicos. Não é por outra razão que, no parágrafo décimo nono, defende-se das acusações de fisiologismo e nepotismo, ao mesmo tempo em que anuncia o seu pedido ao filho José Maurício para deixar o posto que ocupava — e continua ocupando — no Ministério da Agricultura de Pernambuco. Ressalte-se que, ao tempo do discurso, estavam lotados na Câmara Federal os seguintes parentes do ex-Deputado, cujos salários variam de R\$1.687,00 a R\$7.503,00: a irmã, Marlene Cavalcanti, a filha Catharina Amélia, a neta Rafaella Cavalcanti, a nora Olga Maria Cavalcanti, e a mãe de Rafaela, além de Helena Cavalcanti, empregada em outro órgão público, em Brasília.

As saudações são recorrentes e extensas, e permeiam todo o discurso do orador. A estratégia é fazer mesuras aos indivíduos e às instituições que representam alguma importância à consecução de seus interesses e objetivos políticos: *"aos valorosos companheiros da Mesa Diretora"*, *"ao funcionalismo da*

Casa", "aos que trabalham comigo, antes e depois da Presidência", "aos pernambucanos ", "ao meu partido, o Partido Progressista ".

A seguir, ao dizer que confia no julgamento de Deus, volta a alardear a sua religiosidade. Ao aduzir que ainda espera o julgamento dos homens, reitera a sua condição de injustiçado. No encerramento do discurso, ao profetizar a sua volta ao Congresso, entrega o julgamento, finalmente, ao arbítrio do povo. Este, obviamente, é o responsável por conduzi-lo e reconduzi-lo, por meio do escrutínio, aos cargos públicos que ocupou durante toda a vida. Daí a referência expressa ao povo, sempre tomado como uma massa homogênea durante todo o discurso, nunca segmentado, às vezes regionalizado.

A estratégia de racionalização reaparece no discurso quando o então Parlamentar apresenta as justificativas do pedido que pretendia fazer em seguida: a renúncia ao mandato. Ao final do excerto, fala em acusadores que não teriam dado a ele outra alternativa senão a saída do cargo e do Congresso. Alega, ainda, ter sido condenado sem julgamento, razão pela qual vai provar a sua inocência àqueles que lhe *"apontam o dedo em riste, aqueles que me atiram as primeiras pedras, aqueles que resistem a me escutar não estão preocupados em apurar a verdade, mas apenas em fazer sangrar a vítima diante dos clamores de sangue e de vingança"*. Este é, em suma, o cerne do discurso: a injustiça.

Na parte mais expressiva do discurso, Severino Cavalcanti anuncia a sua volta ao Congresso, reconduzido pelas mãos de sua *"querida"* cidade de João Alfredo e de outros Municípios e do povo pernambucano. Repete: *"Voltarei. (...) Voltarei "*. Ao antecipar sua pretensão de voltar à Casa, o orador já está fazendo um apelo ao eleitorado e buscando apoio junto aos seus Pares e aos partidos. Para

conseguir tal adesão, discorre sobre o sacrifício pessoal em nome da Casa e exime os Deputados de qualquer culpa. Não é despidendo assinalar o fato de que, em determinados trechos, os Deputados são tomados como um todo e, em outros, são segmentados. Argumentativa e ideologicamente, não há contradição; a *contrario sensu* é até bastante recomendável aos propósitos do orador, na situação específica, que nos momentos em que pretende exaltar o receptor da mensagem, ele seja tomado como um todo, de modo uniforme, e seja segmentado e bem definido quando alvo de críticas. Por essa razão mesma é que Severino arremata o seu pronunciamento dirigindo *"a todos os Srs. Deputados o meu abraço fraterno "*. Grife-se o *"fraterno "*, termo lexical insistentemente utilizado para a estratégia de busca de irmandade e unidade.

3.3 Da interpretação da ideologia

O jogo político estabelecido no contexto histórico em análise é, de certa forma, bastante complexo. Os partidos políticos que elegeram Severino Cavalcanti Presidente da Câmara dos Deputados (PFL, PSDB, PMDB, PP, entre outros) e também aqueles que se beneficiaram de suas ações e omissões durante o exercício do cargo (PP, PTB, PT, PL, PMDB, PFL), todos eles tinham algum ou alguns de seus membros implicados direta ou indiretamente nas denúncias de corrupção. Dessa forma, periclitante seria a tentativa de se definir ou desenhar um quadro preciso dos grupos rivais na luta pelo poder, especialmente dentro do Poder Legislativo. E refiro-me em especial ao Legislativo, porque o Executivo permanece

ainda, apesar das pressões do campo social e político, nas mãos do maior partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores.

Da análise formal ou discursiva, é possível depreender a capacidade de retórica do experiente Parlamentar, acostumado às sutilezas das relações de poder. Nota-se que, ideologicamente, estava propenso a acordos com aqueles que, até então, poderiam ser considerados seus rivais políticos, os partidos de esquerda. No entanto, o Partido Progressista fazia parte da base de apoio ao Governo, juntamente com o Partido Liberal, ligado às representações de grupos evangélicos, e foi justamente sobre esses os dois partidos que mais recaíram as denúncias de corrupção, já que estariam sendo "pagos" pelo PT, por meio do chamado "mensalão", para apoiar o Governo e votar a favor dos projeto de interesse do Palácio do Planalto.

Justamente por se falar tanto em justiça, ponderamos que o pedido de renúncia de Severino Cavalcanti reflete, prioristicamente, a descrença daquele orador no julgamento que seria submetido pela Câmara dos Deputados, por meio do órgão responsável, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Poderia ser, talvez, a descrença em seu poder de persuasão e convencimento, além da constatação de perda de apoio. Ainda se pode argüir que, em verdade, o orador cria em que seria de fato cassado. Ressalte-se que as provas do cometimento de ilícito por parte do ex-Deputado eram, de certa forma, contundentes e irrefutáveis. Somente uma manobra política bastante calculada poderia livrá-lo de permanecer por oito anos distante das disputas políticas. Como o intuito do político, manifestado expressamente em seu discurso, era permanecer ativo politicamente, exercendo cargos eletivos, realmente não lhe restava alternativa outra senão renunciar.

A saída de um eminente representante da direita conservadora do País poderia ser considerada um triunfo da esquerda, não fosse o quadro desolador da crise que se prolonga por vários meses e cujas conseqüências são ainda imprevisíveis para o quadro social e político do Brasil.

Infere-se de todo esse quadro de promiscuidade política e de infidelidade partidária — e mesmo, por que não dizer, ideológica —, que o discurso de Severino nada mais é do que um esboço resumitivo de uma confusa luta pelo poder. Entre os atingidos, todos os lados foram abalados pela crise, que desnuda um quadro desolador da política brasileira, em que acordos, conchavos, intrigas, subornos e apadrinhamentos ainda persistem e persistirão por longa data. Não é de se estranhar o clamor geral pela chamada reforma política e partidária e, ainda, pela reforma sindical, decorrentes dos fatos havidos e que ainda estão longe do fim.

Políticos como Severino, ainda os temos em grande quantidade. E eles chegam ao poder, eleitos, pelo povo e pelos próprios Parlamentares, o que demonstra o quão imatura ainda se encontra a democracia no Brasil. Por outro lado, as instituições vêm resistindo quase heroicamente ao turbilhão de denúncias infundáveis, o que implica certa estabilidade das estruturas socialmente estabelecidas. Se isso é benéfico ou maléfico, só o tempo e as conseqüências poderão responder. Se a interpretação ideológica se presta a sustentar ou modificar as relações de dominação, é preciso asseverar que as formas simbólicas ainda estão sendo digeridas, analisadas. Estão a modificar as relações de dominação, sem dúvida alguma — e o Partido dos Trabalhadores bem o sabe —, mas também têm servido à manutenção e ao fortalecimento de diversas instituições da República, tanto do Poder Legislativo e Executivo como do Poder Judiciário.

Finalmente, sirvo-me do auspício de Celso Furtado para encerrar este nosso trabalho de interpretação:

"E de que modo ganhava terreno a infâmia, a torpeza e a corrupção? Através da prevalência de um jogo político estabelecido entre os setores dirigentes que definiam as mais abomináveis estratégias para inibir toda e qualquer mudança política substancial. " (FURTADO, 1997, p. 288).

CONCLUSÃO

Em resposta à minha ponderação introdutória, no que se refere à validade e eficácia do método proposto por John B. T Thompson (ob. cit.), a aplicação da interpretação da ideologia é surpreendente. Ela possibilita o desentranhar dos sentidos que parecem estar ocultos nas entrelinhas de um texto parlamentar, mas que, verificados com olhos atenciosos, treinados e incisivos, desnudam-se e revelam as minudências e sutilezas que permeiam as relações de poder na sociedade.

O esquema intelectual proposto pela hermenêutica de profundidade é absolutamente aplicável, e é recomendável que se o aplique, a fim de que todos os envolvidos nos campos de interação social possam ter capacidade de influenciar nas decisões. E esse é, com efeito, o fim último da interpretação da ideologia proposta por Thompson, quando apresenta o princípio da não-exclusão (1995, p. 416).

Também os princípios da auto-reflexão e da não-imposição devem ser seriamente considerados, especialmente no que diz respeito à mudança social, tendo em vista a conexão intrínseca da interpretação da ideologia com a crítica da dominação. É imperioso que a crítica e a auto-reflexão saiam dos compêndios e invadam a vida pública brasileira; é necessário que a cátedra vá, o mais brevemente possível, ao encontro das ruas. São emblemáticas, nesse aspecto, as manifestações dos estudantes ao final do discurso de Severino Cavalcanti, que, juntamente com os gritos de "Fora Severino!" e "Chega de corrupção!", bradavam "Nem mensalinho, nem mensalão, queremos mais verbas para a educação!"

Não é demais comentar a importância do método especialmente para os Taquígrafos da Câmara dos Deputados, que diariamente enfrentam o desafio de

revisar os discursos feitos na tribuna daquela Casa, embuídos de conotações ideológicas — como são, aliás, todos os discursos — e de sérias implicações sociais, políticas e até jurídicas.

Enfim, políticos como Severino, ainda os temos em grande quantidade. E eles chegam ao poder de forma legítima — e quero dizer, talvez, mais de forma legal do que propriamente legítima, já que não se pode aferir por que meios obtêm a vitória no sufrágio —, eleitos pelo povo e pelos próprios Parlamentares, no caso da Presidência da Câmara dos Deputados. Isso demonstra o quão imatura ainda se encontra a democracia no Brasil. Ademais, as instituições vêm resistindo quase heroicamente ao turbilhão de denúncias infundáveis, o que denota certa estabilidade das estruturas socialmente estabelecidas. Se as conseqüências serão mais benéficas do que maléficas, só o tempo e a história poderão dizer. Além disso, se a interpretação da ideologia se presta a sustentar ou modificar as relações de dominação, é preciso notar que as formas simbólicas, como fenômenos sociais em particular, ainda estão sendo digeridas, analisadas, interpretadas e reinterpretadas. Estão a modificar as relações de dominação, sem dúvida alguma — e o Partido dos Trabalhadores bem o sabe —, mas também têm servido à manutenção e fortalecimento de diversas instituições da República, tanto do Poder Legislativo e Executivo como do Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 2^a ed. 1985.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In: BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 261-306.

BAZERMAN, C. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. *In: BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 19-46.

BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de Presidente*. 1^a ed. Brasília: LGE Editora, 2005.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Notas Taquigráficas. Disponível em <<http://intranet2.camara.gov.br/home.html>> Acesso em 17 marc. 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo. Brasiliense. 38^a ed. 1994.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e Informação Qualitativa: Aportes Metodológicos*. Campinas, SP: Papiros, 2001 (Coleção Papiros Educação)

FAIRCLOGH, Norman; Trad. Izabel Magalhães. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Language and power*. Londres: Longman, 1989.

FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. *In: Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Fátima. Artigo. *Afirma, Revista Negra On Line*, São Paulo, set. 2005. Disponível em: <<http://www.afirma.inf.br/htm/politica/marco.htm>> Acesso em: 20 ago. 2006. 16:40.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. New York: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Anexo (Discurso de Renúncia)

Estas são as notas taquigráficas do discurso de renúncia ao mandato de Deputado e, conseqüentemente, de Presidente da Câmara dos Deputados, proferido por Severino Cavalcanti, em 21 de setembro de 2005, na tribuna do Plenário da Casa, retiradas do site da Câmara dos Deputados:

1. *"O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) - Prezados companheiros de Mesa, que hoje na totalidade comparecem a esta sessão, antes de iniciar meu pronunciamento, quero levar a minha palavra de solidariedade ao bravo companheiro Nilton Baiano. Sei que talvez seja a próxima vítima, mas, Nilton, fique certo de que o Brasil vai estar a seu lado. Lamentavelmente isso aconteceu no dia em que ocupo a tribuna da Presidência da Casa pela última vez neste mandato. Deputado Nilton Baiano, volte para casa tranqüilo. V.Exa. está sendo vítima, como muitos poderão ser, da campanha insidiosa com a qual querem atingir todos os Parlamentares. "*

2. *Meus prezados companheiros de representação popular, minhas prezadas Deputadas, minhas senhoras, meus senhores, as palavras de Euclides da Cunha em Os Sertões ecoam ainda nas terras mais longínquas do Nordeste: "O sertanejo é, antes de tudo, um forte ". Todos nós já ouvimos certamente essa frase ao longo da vida. E diante do que estou vivendo no momento, diante das circunstâncias que me cercam de ameaças, de escárnio, de contestação, de processos sem causa, eu me recordo de que o sertanejo é antes de tudo um forte e tento me lembrar do que isso queria dizer para mim.*

3. *Pobreza da terra, pobreza do homem. João Vicente Ferreira, meu pai, sustentava com dificuldade a família e, logo cedo, como todos os meninos pobres do Nordeste, eu devia ganhar meu próprio sustento e ajudar a família. Não consegui ir além do primeiro grau, pois devia arranjar logo um emprego. Devia contribuir, sobretudo, para a educação das 4 irmãs, que assim puderam se formar. Não encontrei, portanto, as agruras do Nordeste pelos livros ou pela literatura. Nasci ali, cresci no meio das durezas dos que são pobres, na terra onde as crianças, desde cedo, são sertanejos fortes, pois já experimentaram tudo — da inclemência*

implacável da paisagem e da desigualdade social que segrega nossa humanidade, excluindo os despossuídos do convívio da economia e da cidadania.

4. *Fui para São Paulo, em busca de trabalho e de esperança. Deus me ajudou. O nordestino tornou-se um caixeiro-viajante, e essa alquimia permitiu-lhe estabelecer-se como próspero comerciante.*

5. *Eu relembro esses fatos neste momento, porque eles são indicadores de um rumo, uma orientação fundamental em minha vida: pois o político levou o bem-sucedido comerciante à bancarrota. E arrastou na correnteza também o patrimônio de Catharina Amélia, uma mulher rica antes de casar-se com o comerciante que tomou a decisão de assumir a política como vocação e como destino.*

6. *Conheci Amélia e me casei com ela em Aparecida, a cidade que é um farol para a cristandade brasileira. É assim que a vejo: como a companheira inseparável, a conselheira de todas as horas, o farol da minha vida.*

7. *Senhoras e senhores, diante de tantas falsas acusações, falo a verdade: Severino Cavalcanti empobreceu com a política e voltaria a fazer o que fez durante toda a sua vida. Senhoras e senhores: executem a devassa. Revolvam minha vida. Exponham minha memória. Consultem minhas contas. Façam e refaçam os cálculos. E chegarão à mesma conclusão inevitável: Severino Cavalcanti empobreceu com a política. Esse, sim, o verdadeiro empobrecimento ilícito! Sou hoje a imagem de muitos companheiros que aqui chegaram e chegam sem posses, pela vontade do povo, e daqui vão sair ainda mais pobres, ainda mais devedores.*

8. *A vocação política, entretanto, permaneceu intacta. Os propósitos, os objetivos, os desejos mais acalentados da alma, com ajuda de Deus, tornaram-se realidade. Desde que tomei a decisão de unir meu destino ao de meu povo tenho colecionado alegrias - e esse povo jamais me tem faltado.*

9. *Fui Prefeito de João Alfredo; Deputado Estadual por sete mandatos, 28 anos; Deputado Federal por três mandatos, e a votação praticamente dobrando a cada eleição — 22 mil votos em 2002.*

10. *Na Câmara dos Deputados tive a mesma ampla aceitação. Desde o primeiro mandato, tomei lugar à Mesa da Casa, e para ela fui reconduzido 3 vezes. O*

pernambucano do agreste tornou-se, assim, o Deputado Federal com mais tempo de mandatos consecutivos na Mesa Diretora da Casa nos últimos 48 anos: 8 anos.

11. *Há 8 meses, o coroamento de uma carreira política de mais de 40 anos consecutivos: o menino pobre de João Alfredo tornou-se o Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente depois de uma eleição disputadíssima, limpa, democrática; Presidente, com 300 votos; Presidente eleito para mudar uma Casa cheia de donos, os donos do Congresso, onde pontificava uma elite distanciada da maioria dos Deputados, chamada desdenhosamente de "baixo clero" e praticamente ignorada em todas as decisões importantes do Parlamento.*

12. *Como em quase todos os países do mundo, o Governo impunha sua vontade ao Legislativo com a quebra permanente da independência dos Poderes; a violação sistemática do calendário das votações, por meio das medidas provisórias, instrumento autoritário pelo qual o Governo substitui o Parlamento na elaboração das leis. Há muitos anos as medidas provisórias estão aqui nesta Casa. Lutamos com todas as nossas forças contra essa violação sistemática do princípio da separação dos Poderes, e várias vezes derrotamos o Governo, criando e alimentando uma esperança de um Legislativo independente e soberano. Lutamos, ao mesmo tempo, por uma ampla democratização interna: a Câmara sem igrejinhas, sem grupos privilegiados; a Câmara para todos os Deputados.*

13. *Um jornal que, às vezes, me reserva os piores adjetivos, escreveu na semana passada: "Muitos dos (deputados) que passaram a ter acesso direto ao gabinete do Presidente da Câmara antes nunca tinham tido o nome lembrado para relatorias de projetos ou para integrar comissões mais importantes. "*

14. *Vou reproduzir dois depoimentos de meus pares, dentre tantos outros do mesmo teor colhido pelo jornal. Disse um Deputado: "Nesses sete meses, para mim foi instaurada a democracia na Casa. O Severino ouvia todo e qualquer Parlamentar, sendo cacique ou não. Acabou aquela coisa de somente meia dúzia de privilegiados mandarem na pauta e nas comissões. " Disse outro Deputado: "Severino representa muito o sentimento de que na Casa existe uma elitezinha que não quer largar o osso. A queda do presidente do baixo clero, lógico, é a vitória dessa elitezinha, que fez tudo para derrubá-lo e ridicularizá-lo."*

15. *Essa política é conseqüente com minha eleição. Não fui eleito por um partido, não fui eleito pelo Governo. Pela primeira vez na história da Câmara dos Deputados, o Presidente foi eleito pelos Deputados. Tudo, portanto, aos Deputados: que tenham todas as condições para exercer seu mandato. E se o Legislativo não é independente do Governo, o que pode fazer pelo povo?*

16. *Mostramos que a Câmara dos Deputados pode, sim, ser independente. Quando o Governo tentou impor aumento de impostos, por meio da Medida Provisória n° 232, mobilizamos o País, ouvimos o povo, ampliamos o debate e rejeitamos a medida, que era injusta. Pela primeira vez na história da Câmara, um Relator do projeto deu o seu parecer e pediu que os Srs. Deputados votassem contra a Medida Provisória n° 232. Isso quem fez foi Severino Cavalcanti, que deu independência a este Poder.*

17. *Projetos de lei que dormiam nas gavetas, mas eram de interesse da população, foram desengavetados, votados e tornados leis. A lei sobre o uso de células-tronco abriu novos horizontes para o tratamento de doenças crônicas. Aprovamos a PEC Paralela da Previdência, que beneficia servidores e trabalhadores de baixa renda. Pela primeira vez na história, as donas de casa foram reconhecidas como trabalhadoras e ganharam o direito à aposentadoria por tempo de contribuição. As mães agora têm direito. a acompanhante, na hora do parto. No caso de violência doméstica, as mulheres já podem recorrer a juizados especiais. Regulamentamos os consórcios públicos e aprovamos benefícios fiscais para o biodiesel, a criação do Programa Nacional de Microcrédito e o repasse de 900 milhões de reais para os Estados e Municípios, em incentivo às exportações. Nesses 7 meses, a Câmara trabalhou pela paz e, apesar das divergências, aprovamos o projeto que prevê um referendo sobre a proibição do comércio de armas.*

18. *Aqueles que, por desconhecimento ou má-fé, nos acusam de perdulários, uma lembrança: como Primeiro-Secretário, devolvi 100 milhões de reais que deixamos de gastar, sem prejudicar nenhum dos Srs. Deputados nos seus gabinetes. Nesses últimos 7 meses, economizamos 120 milhões de reais, 10 milhões apenas para cortes de verbas de publicidade. Talvez eu esteja pagando por isso, Srs. Deputados, porque não liberei essas verbas.*

19. *Nessa tarefa de mudar a Câmara, de torná-la um Poder independente e soberano, de democratizá-la, de acabar com os grupinhos e privilégios de poucos, consolidei, claro, apoios inestimáveis, mas também, e infelizmente, atraí forças antagônicas poderosas e destruidoras. A elitezinha, essa que não quer jamais largar o osso, insuflou contra mim seus cães de guerra, arregimentou forças na academia e na mídia e alimentou na opinião pública a versão caluniosa de um empresário que precisava da mentira para encobrir as dívidas crescentes de seus restaurantes, que necessitava da extorsão para equilibrar a desastrosa administração de suas empresas.*

20. *Denunciei, de imediato, o esquema da extorsão. Pedi ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, honrado, que abrisse inquérito contra o denunciante, e o Sr. Ministro acionou com presteza a Polícia Federal. Determinei ao Diretor-Geral da Casa que prestasse todos os esclarecimentos sobre os contratos dos restaurantes da Câmara e solicitei auditoria urgente e especial do Tribunal de Contas em todos os contratos que envolvem a empresa. Mesmo assim, a fúria denunciatória não cessou. A escalação para substituir o Presidente continuou, como se fosse a coisa mais natural do mundo ignorar os direitos de um Presidente eleito dentro da ordem, da democracia e da legalidade. A luta pela sucessão tornou-se mais importante que as provas da sua inocência.*

21. *Quero reiterar que as acusações contra mim são inconsistentes, falsas e mentirosas, o que comprovarei nos tribunais. Resistirei. Jamais fui acusado de nada. Portanto, agora não me curvarei à pressão dos poderosos, não me renderei às necessidades da mídia, que me tem ultrajado com manchetes mentirosas, que me tem alvejado com textos caluniosos por alguns exemplares a mais.*

22. *Sempre defendi a liberdade de imprensa. Estou convencido de que nenhum sistema político aberto e democrático pode viver sem ela, mas em nosso País liberdade de imprensa tem sido a porta aberta para suspeitas sem comprovação, para acusações sem provas, para destruição de reputações. Liberdade de imprensa, sim, mas o rigor da lei para os que enxovalham, sem qualquer limite, a honra e a dignidade alheias.*

23. *Resistirei. Devo isso à minha família, que me conhece, me apóia e sabe da minha inocência. Devo isso ao povo pernambucano, que jamais me faltou com o entusiasmo, o carinho e os votos, que me permitiram permanecer na vida pública por 43 anos. Devo isso à Câmara dos Deputados, aos que me elegeram e confiaram em mim. Não vou decepcioná-los.*

24. *Aos companheiros que me outorgaram o honroso mandato de Presidente da Câmara dos Deputados, peço que jamais esmoreçam. Ninguém lhes poderá tirar a dignidade conquistada. A Câmara lhes pertence, como legítimos representantes do povo brasileiro.*

25. *Não permitam que um Deputado possa ir ao exterior seis, oito vezes ao ano representar o Brasil e que os outros fiquem à margem. Isso não pode mais acontecer na Casa! V. Exas. serão os responsáveis pelo amanhã. Não permitam que qualquer Presidente que ocupe a Casa faça o que faziam anteriormente, quando os Deputados do baixo clero não tinham vez nem oportunidade.*

26. *Devo isso a Severino Cavalcanti Júnior, meu filho, que foi Prefeito de minha terra, João Alfredo, e faleceu tragicamente em companhia de sua mulher, Surama, quando estava em campanha para obter o seu mandato de Deputado Estadual.*

27. *Vou repetir, ainda, que deixo a Câmara como entrei, não apenas como Deputado pobre, mas político endividado. Vou viver de minha aposentadoria no Estado de Pernambuco, onde fui Deputado por sete mandatos. Para pagar as dívidas de campanha, saquei o saldo de minha contribuição para a aposentadoria na Câmara dos Deputados. Portanto, não tenho aposentadoria da Câmara dos Deputados, porque saquei o dinheiro para pagar as minhas dívidas de campanha.*

28. *Pedi, em audiência com o Presidente da República, para comunicar — como Chefe de um dos Poderes — minha saída da Presidência da Câmara. Apenas isso. Para me antecipar às eventuais acusações de fisiologia, já pedi ao meu filho, José Maurício, que deixasse imediatamente seu posto no Ministério da Agricultura de Pernambuco, o posto mais importante naquele Estado.*

29. *Cumpr-me agradecer a todos: aos valorosos companheiros da Mesa Diretora, sempre preocupados com a boa administração da Casa e com os*

interesses superiores do Brasil; ao funcionalismo da Casa, que sempre combina competência com dedicação; aos que trabalharam comigo, antes e depois da Presidência, compartilhando planos, metas e realizações importantes; aos pernambucanos que nos dedicaram suas orações; a todos, reconhecimento e gratidão.

30. *Devo agradecer ao meu partido, o Partido Progressista, a oportunidade e o apoio que recebi em todo esse período de realizações e conquistas.*

31. *Confio em Deus, a quem nunca deixei de entregar o meu destino. Confio na justiça divina e espero, com tranqüilidade, a justiça do s homens. O sertanejo continua forte como um velho carvalho no agreste, fustigado pelo vento e pela tempestade, e continua determinado a não recuar diante das imensas dificuldades.*

32. *Vou provar minha inocência. Vou demonstrar que as acusações contra mim são calúnias sem fundamento. Vou tornar evidente que aqueles que hoje me apontam o dedo em riste, aqueles que me atiram as primeiras pedras, aqueles que resistem a me escutar não estão preocupados em apurar a verdade, mas apenas em fazer sangrar a vítima diante dos clamores de sangue e de vingança.*

33. *Muitos estranharam minha demora em tomar a decisão de renunciar. É que o senso comum consolidou como verdade a idéia de que renúncia é confissão de culpa. Ora, em meu caso, isso significaria admitir atos que definitivamente não pratiquei e pelos quais não tenho qualquer responsabilidade. Meus acusadores, entretanto, não me deixaram alternativa. Optei, sim, pela renúncia porque já me sabia condenado de antemão. Minha culpabilidade foi declarada sem apelação, antes das provas e mesmo do processo, e minha condenação veio antes de qualquer sentença: veio pela imprensa, pela voz de alguns poucos, pela voz daqueles interessados em tomar, o mais rápido possível, a cadeira de Presidente da Câmara.*

34. *Voltarei. O povo pernambucano, mais uma vez, não me faltará. Minha querida João Alfredo e outros Municípios de minha base não me faltarão. Vou rebater as acusações. Vou provar que estou sendo condenado pela palavra de um empresário desastrado, mentiroso e devedor dos cofres públicos. Voltarei. Já anunciava Q profeta Jó: "O júbilo dos ímpios é breve, e a alegria dos hipócritas apenas um*

momento ". Todos seremos, muito breve, julgados pelo povo. Para quem dedicou sua vida à política, esse é o julgamento que conta, a sentença que importa. Voltarei. O povo me absolverá, não tenho a menor dúvida.

35. Saio daqui com o semblante de um homem feliz, que sacrificou sua posição para que esta Casa volte a funcionar, para que a Câmara não continue parada, para que o povo possa sair às praças públicas e elevar o nome da nossa instituição, porque sei que, se ficasse e continuasse como Presidente, iria travancar o funcionamento da Casa. Portanto, entre a Casa e o meu sacrifício prefiro a Casa, que merece o respeito da população. Os Srs. Deputados não têm culpa de o funcionamento não ter havido em toda a sua plenitude.

36. A todos os Srs. Deputados o meu abraço fraterno.

37. Sr. Vice-Presidente, comunico à Câmara dos Deputados, por este ato formal e para que se produzam os efeitos legais, que renuncio ao mandato de Deputado Federal.

38. Brasília, 21 de setembro de 2005. "

(Tumulto nas galerias.)

(Assume a Presidência o Sr. José Thomaz Nonô, 10 Vice-Presidente.)